

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

HENRIQUE JUN WAKANO BEZERRA

**Nova Classe Média: Uma Ascensão Social Baseada Apenas na Renda?**

Campinas

2019

Henrique Jun Wakano Bezerra

**Nova Classe Média: Uma Ascensão Social Baseada Apenas na Renda?**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, como parte das exigências para a aprovação na disciplina CE 825 – Monografia II.

Orientador: Prof. Anselmo Santos

## **DEDICATÓRIA**

Ao menino confuso de dez anos atrás que não se sentia parte de nenhum meio social.

## **AGRADECIMENTOS**

De forma convencional sem retirar o peso de sua extrema importância, gostaria de agradecer aos meus pais e os anos de trabalho duro para a formação de meu caráter, afeição e pagamentos de mensalidades em um colégio privado, sabendo que seria a única forma de ingressar em uma universidade pública tão conceituada. Aos meus irmãos por sempre terem me mostrado o caminho, com diversos conselhos, me livrando das adversidades dos meios sociais em que crescemos. A Renata, por ter me transmitido a confiança necessária para ser quem sou e nunca sentir a necessidade de me adaptar ao meio social vigente. Ao Gustavo e sua serenidade em todos os momentos em que havia qualquer tipo de obstáculo em minha vida. Ao Ariel, por aguçar desde os primórdios o questionamento sobre o sistema em que vivemos. Ao Julio, por me mostrar a importância do poder de comunicação e da leitura social do meio que estou inserido. Ao Alexandre, por sempre valorizar o país em que nascemos e a força de nossa origem. A Dulce, por abrir meus olhos ao que havia fechado há um tempo. Ao Giordano e sua grande atitude em entender que qualquer tipo de habilidade, seja social ou biológica, com tempo e dedicação, é possível aprendê-la. Ao Thales Nader, que ensinou a sempre ser aberto as minhas próprias emoções. A Marina, por mostrar o poder da convicção. Ao Vinicius, por sempre me questionar quatro ou cinco vezes. Ao Caue, por me mostrar que confiança é o princípio de qualquer tipo de atividade bem executada. Ao Igor e sua bondade disfarçada, sempre procurando ajudar todos ao seu redor. Ao Marco e sua força e determinação, mostrando que o caminho que trilhamos é construído por nossa própria vontade. A Figueiredo, e sua capacidade analítica impressionante de entender diferentes perspectivas. Ao Lucas, por me mostrar que insanidade é apenas mais um estado mental. Ao Mateus, por permitir seu aprendizado através de meus ensinamentos. Ao Daniel, por me mostrar que um líder surge nos momentos mais inoportunos. A Monique e sua doçura contagiante. Ao Thales, mostrando que uma família não depende do tempo de convivência, mas de sua intensidade. Ao Felipe, por questionar qualquer tipo de enfiamento em nossas vidas. A Jaqueline, por mostrar a beleza do presente. Ao Ronald e seu grande coração, por mostrar que nossas emoções destacam nosso lado racional. Ao Marques e Pedro, tão distantes mas tão presentes na construção de meus valores. Ao Anselmo, por me ajudar em um dos momentos mais confusos de minha vida. Ao João e seu comprometimento, mostrando que talento também pode ser construído através de esforço. E por último e não menos importante, ao Rodrigo, André e Guilherme, por terem sido as pessoas que incentivaram desde o início o entendimento de minha própria intelectualidade. A todos, serei eternamente grato.

## **RESUMO**

As políticas públicas adotadas no governo Lula (2003-2010), de desenvolvimento e distribuição de renda, promoveram um aumento de renda capaz de proporcionar uma grande mobilidade social ascendente das classes mais pobres da população brasileira. Tal fenômeno deu origem ao conceito de classe denominado, por alguns autores, como nova classe média brasileira. Esse trabalho busca compreender a insuficiência metodológica deste novo conceito de classe. Para isso, é estruturado, inicialmente, um breve resumo dos acontecimentos do governo de FHC (1995-2002) e seus impactos na pirâmide social brasileira. A seguir, mostra as bases da mobilidade social ascendente através dos efeitos das políticas econômicas e sociais tomadas no governo Lula e as consequências para o mercado de trabalho no período 2003-2010. E por fim, discute o conceito da nova classe média brasileira e procura compreender a insuficiência metodológica na visão de diversos autores.

**Palavras chave:** nova classe média; renda; mercado de trabalho; mobilidade social ascendente; governo Lula; desigualdade social no Brasil.

## **ABSTRACT**

The public policies adopted in the Lula government (2003-2010), of development and income distribution, promoted an increase in income capable of providing a great upward social mobility of the poorest classes of the Brazilian population. This phenomenon gave rise to the concept of class called, by some authors, as a new Brazilian middle class. This work seeks to understand the methodological insufficiency of this new class concept. For this, a brief summary of the events of FHC's government (1995-2002) and its impacts on the Brazilian social pyramid is initially structured. The following shows the bases of upward social mobility through the effects of the economic and social policies taken in the Lula administration and the consequences for the labor market in the period 2003-2010. Finally, it discusses the concept of the new Brazilian middle class and seeks to understand the methodological insufficiency in the view of several authors.

**Keywords:** new middle class; income; labor market; upward social mobility; Lula government; social inequality in Brazil.

## SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	3
AGRADECIMENTOS.....	4
RESUMO .....	5
ABSTRACT .....	5
INTRODUÇÃO .....	7
CAPÍTULO 1 - CRESCIMENTO ECONÔMICO NO GOVERNO LULA E AS BASES PARA O MOVIMENTO SOCIAL ASCENDENTE.....	12
1.1 Contexto político-econômico do primeiro mandato (2002-2006).....	12
1.2 Aceleração do investimento, políticas de desenvolvimento e as políticas anticíclicas de 2009-2010: movimento de mobilidade social ascendente.....	17
1.3 Avanços no mercado de trabalho e políticas públicas e sociais: impactos positivos sobre o movimento de mobilidade social ascendente (2003-2010) .....	24
CAPÍTULO 2 - UMA "NOVA CLASSE" NO MERCADO CONSUMIDOR .....	30
2.1 Introdução.....	30
2.2 Caracterizações da "nova classe média" .....	31
2.3 Crítica ao conceito "nova classe média" no período do governo Lula (2002-2010)...	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	47
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	50

## INTRODUÇÃO

A década de 1990 foi marcada pelo avanço do pensamento neoliberal na América Latina, representado pelas medidas apresentadas no Consenso de Washington, tais como: a abertura financeira e comercial, privatizações das empresas públicas, desregulamentação dos mercados, flexibilização das relações de trabalho, reformas fiscais, superávit primário e outras formas de “ajuste” visando o controle da dívida pública e o pagamento da dívida externa (BEHRING, 2008).

A implementação do Plano Real no Governo Itamar Franco e principalmente os seus desdobramentos no Governo Fernando Henrique - processo comandado tanto quando era Ministro da Fazenda e também como futuro presidente do Brasil nos próximos dois mandatos (1995-2002) - foi um importante marco dos avanços da política econômica neoliberal no Brasil. O Plano Real baseou-se na combinação de uma taxa de câmbio relativamente fixa (bandas cambiais reajustáveis) e sobrevalorizada; na abertura comercial, com intuito de pressionar uma queda mais rápida da inflação; na atração de capital estrangeiro que acreditavam trazer crescimento e modernidade para o país, processo muitas vezes explicitado como “choque de capitalismo”; na prática constante de utilização de uma elevada taxa de juros (BEHRING, 2008). Desse processo resultou uma tendência a crescentes déficits na balança comercial, pelo menos até 1998, grande vulnerabilidade externa, diversos momentos marcados por uma grande especulação financeira e fuga de capitais (já no final de 1994 e início de 1995, mas principalmente em 1997 e 1998). Assim, não houve um impacto positivo no setor produtivo, nem a criação de uma capacidade de crescimento econômico, mas ao contrário, impactou a economia brasileira em diversos pontos negativos: fragilidade financeira internacional, forte aumento das importações e encolhimento das cadeias produtivas internas, elevação da participação do capital estrangeiro no capital doméstico e aumentos da dívida externa e interna, gerando desequilíbrio nas contas públicas e uma taxa média de crescimento econômico muito reduzida (CARNEIRO, 2002). Com isso, os impactos foram amplamente negativos no mercado de trabalho e na questão social: forte aumento do desemprego, que alcançou níveis recordes em 2002; aumento da informalidade, do trabalho autônomo, terceirizado, infantil; queda dos rendimentos do trabalho; redução do emprego público e na grande empresa; aumento da violência e da crise social.

No período FHC (1995-2002), a postura adotada foi dar continuidade aos “avanços” trazidos pelo Plano Real e manter o alinhamento com as “sugestões” dadas pelo Fundo

Monetário Internacional (FMI), processo então caracterizado por uma forte onda de privatizações, pelo aprofundamento da abertura comercial e financeira, promovendo a desnacionalização do setor bancário, o aumento da dívida pública e o enfraquecimento dos elos das cadeias produtivas internas, devido ao aumento das importações. Além disso, foi firmado um acordo com o FMI no contexto dos impactos da crise russa em 1998/1999, de adoção de políticas de estabilidade macroeconômica – especialmente com tripé econômico marcado por câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário - com o objetivo de gerar recursos para o pagamento da dívida externa (CARNEIRO, 2002), subordinando o comportamento da economia brasileira aos interesses dos credores externos e internos, fato decisivo no pífio desempenho da economia brasileira no período 1998-2002 e na crescente ampliação da crise social e do mercado de trabalho brasileiro.

Além dos impactos macroeconômicos negativos sobre o mercado de trabalho, foram também promovidas no governo FHC medidas de flexibilização das relações de trabalho, que beneficiaram a maioria das empresas, expressando e também contribuindo para uma maior convergência da burguesia em relação ao ideário neoliberal. Além disso, salienta Boito Jr. (2007), que o processo de privatização privilegiou o grande capital privado, nacional e estrangeiro, ligados ao mercado financeiro:

“menos de cem grandes grupos econômicos privados apoderaram-se da quase totalidade das empresas estatais que foram a leilão, contando com favorecimentos de todo tipo – subestimação do valor das empresas, possibilidade de utilização das chamadas ‘moedas podres’, financiamento subsidiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), informações privilegiadas, preferência e ajuda das autoridades governamentais etc” (BOITO JR, 2007, p.61).

Essa onda de privatizações das empresas estatais prejudicaram a indústria nacional, especialmente pela sua alta exposição à competição com os produtos estrangeiros:

“Essas medidas afetaram de forma diferente os vários ramos industriais, sendo particularmente prejudicadas a indústria mecânica, de plásticos e de vestuários, ao passo que os setores alimentares, de bebidas, fumo, perfumaria e extração mineral obtiveram melhores rendimentos” (PAULO, 2015, p.98).

A diminuição do papel do Estado levou ao aumento da demanda por serviços privados, especialmente de educação e saúde, que beneficiou as empresas privadas de vários segmentos, fortalecendo as demandas neoliberais de se apropriarem de espaços ocupados pelo poder público e financiado pelo orçamento público (BOITO JR, 2007).

Essa combinação - entre a menor presença do Estado na atividade econômica, abertura financeira e comercial, privatizações e outras reformas liberais-conservadoras - teve fortes

impactos negativos sobre a situação social e no mercado de trabalho. As grandes empresas usufruíram de práticas de subcontratação, redução no nível de assalariamento formal e contratos de curto prazo, como os de “pessoa jurídica” e “terceirizados” para aumentar suas margens de lucros. Por outro lado, resultando no crescimento do já elevado excedente de mão de obra – na forma de desemprego aberto e de diversos tipos de ocupação informal e trabalho precário – as diversas mudanças promovidas nesse período reduziram o poder de negociação dos sindicatos, aumentaram a insegurança dos contratos trabalhistas, reduzindo salários, benefícios, e direitos trabalhistas, sociais e previdenciários.

“a modernização neoliberal para o Terceiro Mundo penaliza de maneira muito mais brutal e nefasta o mundo do trabalho. Despossuído, dilapidado, desqualificado, o ser social não consegue nem mesmo viver do seu trabalho. Converte-se, em largas faixas, numa classe sem trabalho, que vive da miséria da economia informal. Aqueles que permaneceram no mercado formal vivenciam níveis de subtração salarial, de superexploração do trabalho que tornam a sua cotidianidade marcada pela escassez e pela redução crescente da satisfação de suas necessidades” (ANTUNES, 2005, p.17).

De forma contraditória, o ideário das políticas neoliberais soube explorar a insatisfação das classes mais baixas ao sistema político e social do governo anterior, sendo considerada por seus defensores como a “solução” dos problemas enfrentados pelo cotidiano das grandes massas (MARTUSCELLI, 2012). Na prática, a limitação do crescimento econômico e os impactos negativos do conjunto das políticas dos Governos FHC elevou a taxa de desemprego a níveis recordes, chegando a 20% da força de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo (ANTUNES, 2005).

Nesse processo, a classe média tradicional também sofreu com as medidas neoliberais. Emerge a real perda de parte de seus privilégios e de seus elevados padrões de vida num país marcado pela fome, pobreza e desigualdade social. Mesmo nesse processo de mobilidade social descendente - provocado pelos impactos da redução dos rendimentos do trabalho, aumento do desemprego e da informalidade, da instabilidade e crises financeiras e monetárias e da imensa preocupação com o futuro dos filhos associadas às crescentes dificuldades da entrada dos filhos no mercado de trabalho – parte dessa classe média privilegiada tem seus padrões de vida e de consumo associados ao processo de disseminação de serviços privados, como saúde e educação, expressando o caráter desigual em relação ao padrão de vida e de consumo das grandes massas. Além disso, a abertura comercial e a onda de privatizações levaram a uma diferenciação por meio do consumo com os produtos importados a partir do câmbio valorizado. Assim, mesmo que relativamente reduzida, parcela expressiva dessa

classe média continuou se sentindo representada e acolhida pelo ideário e pelas políticas neoliberais (MARTUSCELLI, 2012).

Nesse contexto de mudanças no âmbito econômico e de impactos negativos na economia, na situação social e no mercado de trabalho da década de 1990, a população brasileira elege o governo Lula, de caráter mais popular, para promover mudanças necessárias requeridas por grande parte da população e, inclusive, por parte da classe média afetada por esse processo de “mobilidade social descendente”. Assim, como em outros países da América Latina, parte desse eleitorado estava marcado pelos fortes impactos negativos de um projeto neoliberal-conservador que não entregou o que prometeu; ao contrário, um país já marcado historicamente pela fome, pobreza, extrema desigualdade social e frequentes crises nos anos 80 e início dos anos 90 foi vítima de reformas políticas associadas ao ideário neoliberal que acentuaram os graves problemas sociais, produtivos e tecnológicos, financeiros, de vulnerabilidade externa e, especialmente, os problemas sociais, do mercado e das relações de trabalho.

Nos dois mandatos do Governo Lula (2003-2010), como será apresentado no capítulo seguinte, apesar de enfrentar uma “herança maldita” do Governo FHC (elevadas dívidas internas e externas; subordinação ao FMI, aceleração inflacionária; elevada taxa de juros; crise social, desemprego recorde) e de iniciar o governo com a preocupação de reestabelecer a confiança do mercado através da manutenção dos pilares da política macroeconômica de FHC (do ajuste fiscal baseado na contenção de gastos, juros altos, superávit primário e pagamento da dívida externa), ao longo de seu governo observa-se uma taxa média de crescimento mais elevada e com estabilidade da inflação, ampliação da arrecadação e dos gastos sociais, aumento do emprego e da formalização, importantes política de combate à miséria e à desigualdade social, entre outros aspectos que serão destacados nos capítulos 1 e 2, que foram capazes de reverter o movimento negativo do Governo FHC e constituir novamente uma tendência de “mobilidade social ascendente”.

Contando também com um cenário internacional mais favorável, com os impactos positivos do “boom de commodities”, o governo Lula utilizou recursos obtidos com ritmo mais elevado de crescimento e menor vulnerabilidade externa para implementar políticas públicas voltadas à redistribuição de renda, como o aumento do salário mínimo, políticas de transferência de renda e a concessão de crédito, em um ambiente de crescimento econômico (BARBOSA, 2013), aspectos importantes na constituição de um novo movimento de “mobilidade social ascendente”.

Assim, o alinhamento do crescimento econômico às políticas públicas de redistribuição de renda, produziu uma mudança na pirâmide social brasileira, onde houve uma mobilidade social ascendente das classes mais baixas, reduzindo a desigualdade social no país. No debate acadêmico sobre as importantes mudanças provocadas por esse processo de mobilidade ascendente, segundo alguns autores, como Marcelo Neri (2008;2011a) e Lamounier & Souza (2010) teria resultado a formação de uma nova classe, denominada como “nova classe média”, conclusão fortemente criticada por diversos pesquisadores e de diferentes áreas de investigação (economia, sociologia, política etc), com destaque para Jessé Souza (2012), Waldir Quadros (2008) e Marcio Pochmann (2012).

Este trabalho tem como objetivo investigar e compreender os principais aspectos desse debate, o que também requer uma discussão metodológica e conceitual dessa perspectiva de “nova classe média”, considerando também as especificidades econômica, social e política da estrutura social brasileira.

No capítulo 1 desse trabalho são analisadas as medidas adotadas pelo governo Lula e suas relações com o maior crescimento econômico, com o melhor comportamento do mercado de trabalho, da renda das famílias mais pobres, do consumo, dentre outros aspectos que tiveram grandes impactos na conformação do processo de “mobilidade social ascendente”. Serão consideradas as políticas econômicas adotadas nos dois mandatos do Governo Lula e sua influência na mobilidade social ascendente das classes mais baixas.

No capítulo 2, serão apresentadas e discutidas as diferentes visões sobre esse movimento de ascensão social, mostrando as divergências que emergem na discussão de diversos aspectos e procurando buscar a posição que caracterizaria melhor, do meu ponto de vista, esse processo de mobilidade social ascendente ocorrido no período do governo Lula. Nesse sentido, pode-se adiantar que esse capítulo contempla uma crítica ao conceito de “nova classe média”, que emerge no debate a partir deste encurtamento na base da pirâmide social brasileira, procurando mostrar que é necessário considerar diversas variáveis -, como acesso à educação, saúde, habitação, cultura, saneamento básico, transportes, alimentação – e dimensões – econômica, social, cultural, valorativa, política entre outras - e não apenas a renda, para caracterizar as especificidades de uma classe social em ascensão. Por fim, são feitas as considerações finais.

# **CAPÍTULO 1 - CRESCIMENTO ECONÔMICO NO GOVERNO LULA E AS BASES PARA O MOVIMENTO SOCIAL ASCENDENTE**

## **1.1 Contexto político-econômico do primeiro mandato (2002-2006)**

Em meio a um cenário de instabilidade econômica, com alto índice de desemprego, câmbio desvalorizado e inflação alta, o governo Lula toma posse em 2003, após uma campanha eleitoral voltada para a luta contra a desigualdade social e o papel ativo do Estado em pró dos direitos dos trabalhadores, mas também marcada por um aceno ao mercado, com a Carta ao Povo Brasileiro indicando uma política de manutenção dos contratos e reformas defendidas pelo “mercado” (previdenciária, lei de falência, etc) com uma estratégia que foi chamada por muitos de “Lulinha Paz e Amor”. Assim, com seu perfil carismático e o seu grande poder de comunicação, o então presidente na época dialoga também com o empresariado e o sistema financeiro, por entender que, sem seu investimento e aprovação, não era possível conduzir o país para o então sonhado crescimento econômico. Isso fica claro na “Carta ao povo brasileiro” divulgada em junho de 2002 para alertar os investidores que sua conduta econômica respeitaria os princípios dados como fundamentais pelos entusiastas do mercado, ou seja, manter o tripé macroeconômico do governo anterior: câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário.

“Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos” (LULA, 2002, p.3-4).

Ao contrário do que se esperava, a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002 não rompeu com as políticas neoliberais vigentes, tanto no cenário internacional como no apresentado pelo governo FHC (1994-2002), e manteve propostas consideradas conservadoras diante da ideologia construída pelo partido, dado a instabilidade econômica encontrada.

O programa de governo lançado em julho de 2002, “Um Brasil para Todos”, elaborado pelo ministro Antonio Palocci e sua equipe, mostra preocupação com o pagamento da dívida externa por meio de um ajuste fiscal baseado no superávit primário, além de salientar a necessidade de diversas reformas – agrária, previdenciária, trabalhista e política – para voltar o crescimento econômico a partir do emprego. Nota-se uma postura mais conservadora no lançamento do documento-base “Política Econômica e Reformas Estruturais” do governo elaborado por Palocci, Ministro da Fazenda, Marcos Barros de Lisboa, Secretário de Política

Econômica e Bernard Appy, Secretário-Executivo, no qual estava em pauta a autonomia ao Banco Central, presidido por Henrique Meirelles, medidas microeconômicas e a contenção de gastos.

A ideia de Palocci era de acabar definitivamente com o déficit nas contas públicas e, conseqüentemente, haveria o aumento da poupança nacional e disponibilidade de capital ao setor privado, como de fato, aconteceu. O investimento veio com a confiança do mercado restabelecida, recuperando o cenário turbulento herdado do governo anterior.

“O Brasil sofreu um ataque especulativo durante a campanha presidencial de 2002. Houve forte depreciação do real, elevação substancial do prêmio de risco pago pelos títulos públicos do país e redução da entrada líquida de capitais externos na economia. Esse ataque ocorreu num quadro de alta fragilidade macroeconômica, pois em 2002 a dívida líquida do setor público era elevada e fortemente indexada ou à taxa básica de juros (Selic) ou à taxa de câmbio, e o país praticamente não possuía reservas internacionais, pois do total de 38 bilhões de dólares disponíveis no Banco Central do Brasil (BCB) 21 bilhões de dólares correspondiam a um empréstimo do governo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Para piorar a situação, a depreciação do real resultou em um aumento da inflação brasileira, que passou de 7,7%, em 2001, para 12,5%, em 2002, e em uma rápida deterioração das finanças públicas do país, com um aumento da dívida líquida do setor público, de 52% do PIB, no final de 2001, para 60% do PIB, no fim do ano seguinte. Assim, longe de uma “herança bendita”, o quadro geral do Brasil no final de 2002 era de descontrole macroeconômico” (BARBOSA, 2013, p.69).

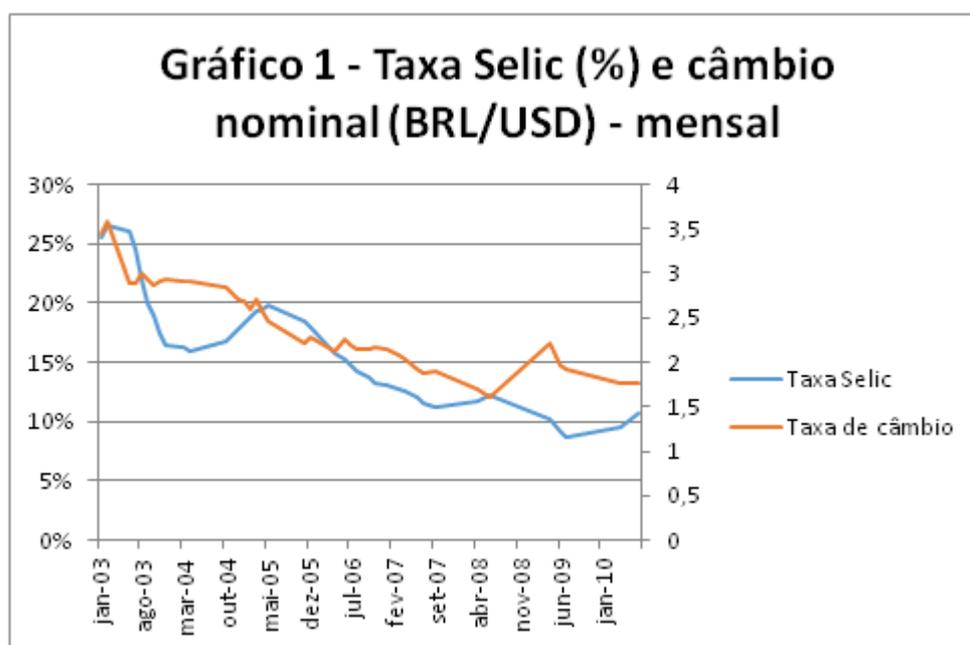
No âmbito internacional, o governo petista manteve as boas relações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), como o governo anterior, e fechou uma renegociação da dívida pública, acatando o pacote de austeridade fiscal que, por sua vez, se baseava no superávit orçamentário para honrar o compromisso com os títulos da dívida pública. Com as mudanças políticas em curso na América Latina, especialmente caracterizadas pela eleição de vários governos de centro-esquerda de caráter mais progressista, principalmente na Argentina, Uruguai, Equador, Paraguai e Bolívia, a política externa brasileira viu a oportunidade de melhorar a relação com os países que possuem situações geopolíticas similares a partir do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Puxado pela Argentina de Néstor Kirchner e Lula do Brasil, o Mercosul conseguiu agregar a região da América do Sul (exceto Guiana e Suriname) em 2006, com a entrada emblemática da Venezuela ao tratado.

Em relação à conduta macroeconômica, seguiu-se o modelo do governo anterior apoiada no tripé: superávit primário, câmbio flutuante e o regime de metas de inflação, assumindo uma postura conservadora para reverter o cenário de alta inflação e grande endividamento público. A meta do superávit primário aumentou para 4,25% do PIB em 2003, e houve o corte de 1% do orçamento público para contribuir na diminuição do déficit público.

“Os pilares de ação oficial centraram-se na âncora fiscal e na defesa da solvência da dívida pública, peças fundamentais da proposta convencional do novo governo para consolidar a credibilidade da política econômica. Os dirigentes estavam convencidos de que as reformas microeconômicas e o cumprimento das regras fiscais, debelando o risco de inconsistência intertemporal, incutiriam confiança no futuro da economia e abririam caminho ao crescimento sustentado” (LOPREATO, 2013, p.203).

Do lado do Banco Central, presidido por Henrique Meirelles, o foco estava em controlar a relação dívida/PIB. A taxa de juros manteve-se em alta no primeiro trimestre do governo, acima de 25%, mas vai reduzindo para um patamar ainda elevado, de 15%, como mostra o gráfico 1, para frear a inflação e a desvalorização do câmbio. Houve também o adiamento da liberação de recursos públicos federais e corte de gastos – para alcançar uma meta superávit primário maior do que a proposta pelo FMI.

Tais medidas tiveram efeito sobre a taxa de câmbio caindo de 3,53, no final de 2002, para 2,89, no final de 2003. Com a desaceleração da economia, com o efeito negativo no PIB, de 2,7% em 2002 para 1,1% em 2003, a taxa de inflação desacelerou e chegou a 9,5% no final de 2003, um movimento que também reduziu a dívida pública para 55% do PIB no mesmo período.



Fonte: BCB e Ipeadata (2019)

Apesar dos fortes impactos recessivos da política econômica do governo Lula em 2003, o cenário internacional foi um fator decisivo na promoção do crescimento econômico e

na melhoria das contas externas, com recursos do superávit comercial, o retorno de capitais que deixaram o Brasil desde 2001 e a progressiva entrada de novos capitais à busca de juros elevados, com expectativas melhores nas aplicações financeiras após a recuperação econômica. Com a recuperação da economia mundial, puxada pela economia chinesa e o preenchimento da capacidade ociosa do segmento produtivo brasileiro, houve o aumento das exportações das commodities e o rápido e expressivo crescimento do superávit nas transações correntes na conta nacional. Isso gerou a retomada dos investimentos estrangeiros no mercado interno, completando a recuperação da desvalorização cambial. Além disso, o Brasil aumentou suas exportações de produtos industriais de baixa intensidade tecnológica para países da América Latina, que também tiveram suas contas externas melhoradas e passaram a ter recursos para ampliar suas importações. Com isso, em 2004, a economia brasileira começa a se recuperar e internalizar a dinâmica de determinação do crescimento, com a expansão do consumo assentada na ampliação do emprego, no aumento real dos salários e na ampliação do crédito consignado. Com o crescimento, eleva-se também a arrecadação pública e progressivamente ampliam-se os gastos públicos nas esferas federal, estadual e municipal.

A estabilidade macroeconômica, o cenário internacional favorável, o acúmulo de divisas através do superávit na balança comercial e o retorno das aplicações estrangeiras, a redução da dívida pública líquida, o crescimento econômico, a elevação da arrecadação, levaram o governo Lula a ter maior manobra para implementar políticas a favor dos trabalhadores. O emprego e a massa salarial ampliam-se com o crescimento econômico. A partir de 2004, o salário mínimo passa a ter aumentos reais e ajuda a ampliar o ritmo de crescimento da massa salarial. Nos anos seguintes, essas elevações seriam ainda maiores, com reajustes que consideraria o Índice de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior e um aumento relacionado à variação do PIB dos dois anos anteriores, como mostra o gráfico 2. Os salários aumentam seu poder de compra com o aumento do salário mínimo, as renegociações coletivas e certa mobilidade ascendente dos trabalhadores dentro das empresas, viabilizada pelo crescimento da demanda por força de trabalho mais qualificada. Contribuindo para aumentar a demanda do mercado interno.

O aumento do emprego e dos salários por meio dos efeitos positivos do mercado de trabalho e das negociações coletivas, somado a expansão do crédito e o aumento do volume de transferência de renda aos pobres com o Programa Bolsa Família, além do crescimento dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o aumento do número de pessoas aposentadas – todos eles tendo como base mínima um salário mínimo em crescimento -

concretizou o aumento da demanda no mercado interno via consumo, sendo um dos mais importantes determinantes do crescimento do PIB entre 2004 e 2006.



Fonte: Portal Brasil/Legislação

Nelson Barbosa sintetiza esse movimento de melhoria da situação econômica:

“Considerando o período de 2003 a 2005 como um todo, o crescimento da economia acelerou moderadamente e a inflação caiu. Em números: o crescimento médio do PIB passou de 2,1% ao ano, entre 1999 e 2002, para 3,3% ao ano, entre 2003 e 2005, enquanto a inflação média caiu de 8,7% para 7,5% ao ano no mesmo período. Essa combinação não usual de aceleração do crescimento com desaceleração da inflação foi possível graças basicamente à apreciação da taxa de câmbio que, como já mencionamos, estava muito depreciada no final de 2002. Em outras palavras, no início do governo Lula havia espaço para a taxa de câmbio cair sem prejudicar consideravelmente a competitividade internacional da economia brasileira. Mais importante, a apreciação cambial e a decorrente queda da inflação tiveram um impacto positivo sobre o poder de compra das famílias e das empresas, o que, por sua vez, elevou o investimento e consumo domésticos a partir de 2004. Como as exportações brasileiras continuaram competitivas apesar da apreciação cambial, a elevação no saldo comercial também contribuiu para o maior crescimento da economia de 2003 a 2005” (BARBOSA, 2013, p.72-73).

A partir da diminuição da dívida pública e a retomada do confiança dos investidores, era necessário fomentar o mercado interno para gerar consumo e, assim continuar a atrair capital estrangeiro. Existia a necessidade por parte do Estado de continuar a gerar superávits fiscais para seguir quitando a dívida. O aperto na fiscalização para elevar a arrecadação de contribuições sociais já vinha desde o segundo mandato de FHC e continuou contribuindo para que houvesse uma pressão no sentido de que as empresas formalizassem os vínculos trabalhistas, aspecto ainda amplificado com a criação do Super Simples no governo Lula, e

que juntamente com a abertura de vagas formais nas grandes e médias empresas no setor privado, assim como no setor público, foram fundamentais para uma forte ampliação do emprego formal e para a melhoria do aumento da renda direta e indireta (FGTS; Seguro-desemprego; PIS-PASEP; e outros) e do acesso ao crédito da massa trabalhadora. A formalização de contratos de trabalho por meio de melhorias na fiscalização feita pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e a grande participação dos sindicatos no aumento do nível do salário em diversos setores, diminuiu a disparidade entre as rendas de diferentes tipos de trabalho e permitiu que uma ampla parcela da população pudesse ter acesso a um importante conjunto de direitos trabalhistas e sociais garantidos pela legislação brasileira. O desemprego caiu, reduziram-se os trabalhos não remunerados, sem carteira, ocupações precárias e não protegidas pelas leis trabalhistas, assim como o trabalho infantil e o trabalho nas ruas (sem estabelecimentos).

Num país como o Brasil, marcado por elevadíssimo desemprego informal e precário, exclusão e baixos salários, esse processo de retomada de um ritmo de crescimento mais elevado e associado a um conjunto de políticas importantes de distribuição e de aumento de renda dos mais pobres, foi decisivo para criar um processo de mobilidade social ascendente, com fortes impactos na melhoria de vida da população mais pobre. Esse processo seria ainda mais intensificado no período 2007-2010, mesmo com os fortes impactos negativos da grande crise internacional de 2008-2009, como veremos nas próximas seções.

## **1.2 Aceleração do investimento, políticas de desenvolvimento e as políticas anticíclicas de 2009-2010: movimento de mobilidade social ascendente**

A reeleição de Lula em 2006 marca a ascensão de um governo que mostrou sua capacidade de manobra no âmbito econômico. No âmbito fiscal, a diminuição da dívida pública, superávits primários e o respiro das contas externas mediante o pagamento da dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2005 (23 bilhões de dólares) resgataram a entrada de investimentos externos, além da continuidade da demanda internacional e dos preços das commodities. No lado monetário, amplia-se a entrada de capitais, que juntamente com saldos expressivos na conta comercial, manteriam a tendência de expressivo crescimento das reservas internacionais e de redução da vulnerabilidade externa da economia brasileira. Apesar da taxa de juros serem mantida pelo Banco Central no patamar internacional mais elevado, observa-se a continuidade da expansão do crédito para empresas, famílias e

trabalhadores, com base no aumento do emprego, do salário mínimo, do rendimento dos autônomos, dos resultados das negociações coletivas, e com o crédito consignado a partir de 2005, que foram importantes para continuar inserindo uma parte da população no mercado consumidor (BARBOSA, 2013).

As eleições de 2006 mostraram a adesão da população mais pobre à figura de Lula, principalmente nas regiões com baixo IDH, tendo o Nordeste como representação desse crescimento eleitoral. Isso se dá em um cenário que a figura do presidente apela para o lado de “pai dos pobres”, no qual usa como argumentação as medidas tomadas que melhoraram a vida das grandes massas - aumento do salário mínimo e do emprego, Bolsa Família e a expansão do crédito - para conquistar boa parte do eleitorado de baixa renda e tornar a ideologia por trás das medidas contra a pobreza, denominado por Singer (2010), de Lulismo. Concomitantemente, foi nesse período que, a classe média e grande parte da classe alta, representada pelo Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB), aderiram ao discurso contra a corrupção, dado o esquema de corrupção denominado “mensalão” – esquema de repasse de dinheiro para o Partido dos Trabalhadores (PT) em 2005 que expôs o partido a duras críticas de irresponsabilidade e conduta moral – e argumentavam a tendência do partido a uma ideologia contra o livre mercado chamado de “comunismo”.

“Em suma, foi em 2006 que ocorreu o duplo deslocamento de classe que caracteriza o realinhamento brasileiro e estabeleceu a separação política entre ricos e pobres, a qual tem força suficiente para durar por muito tempo. O lulismo, que emerge junto com o realinhamento, é, do meu ponto de vista, o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se encontra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital. Ao mesmo tempo, também decorre do realinhamento o antilulismo que se concentra no PSDB e afasta a classe média de Lula e do PT, criando-se uma tensão social que desmente, como veremos, a hipótese de despolarização da política brasileira pós-ascensão de Lula” (SINGER. 2012, p.15-16).

Claro que Singer não tinha nenhuma possibilidade de prever que aconteceria nas eleições de 2010 e 2014, mas já era notável, desde 2006, o aumento da separação dos eleitores em duas partes: votantes do PT e a oposição, representada pela classe média tradicional até o topo da pirâmide social brasileira.

Vencida as eleições, o segundo governo de Lula tomou um caminho diferente do primeiro em relação à política econômica. A partir da mudança do Ministro da Fazenda, de Palocci para Guido Mantega, há uma maior preocupação com a presença ativa do Estado

como condutor do investimento. Apesar da permanência do tripé macroeconômico, podemos notar outra posição em relação às instituições públicas na promoção da concorrência nos mercados privados e políticas industriais sem práticas protecionistas.

“A mudança no desenho da política fiscal refletiu o envolvimento do Estado na construção da estrutura de apoio ao crescimento, não por simples aumento de gastos públicos, já que se deu atenção à consistência fiscal, mas por um conjunto de ações envolvendo a política orçamentária, os agentes financeiros e as empresas públicas, vinculadas a diversos tipos de instrumentos (isenções fiscais, crédito público, compras privilegiadas e investimento compartilhado, entre outros), direcionadas a impulsionar as decisões de investimentos e a contemplar interesses em áreas prioritárias” (LOPREATO, 2013, p.222).

Em 2006, houve o aumento histórico do salário-mínimo, de 14%, com a intenção a longo prazo de seguir essa valorização. O governo lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que consistia no planejamento de gastos em infraestrutura econômica e social através da boa relação entre o funcionalismo público e o mercado privado que, por sua vez, se basearam no apoio de vias fiscais, como subsídios e, a expansão do crédito via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, aumentando a oferta e demanda no mercado consumidor (LOPREATO, 2013). É importante destacar também o investimento nas empresas públicas, principalmente no ramo de energia, com destaque para a Petróleo Brasileiro AS (Petrobras), para a exploração e produção do pré-sal, encontrado na plataforma continental brasileira.

Vale ressaltar que, o PAC foi responsável por algumas desonerações importantes para o incentivo ao micro e médio empreendedor. O Simples Nacional é um bom exemplo disso, no qual houve uma diminuição na tributação dos pequenos negócios, formalizando uma área responsável por grande número de empregos no mercado brasileiro. Além disso em, 2008, foi lançado o Programa de Desenvolvimento Produtivo (PDP) que consistiu em formar uma parceria mais forte entre setor público e privado através de incentivos tributários para fomentar as exportações.

“Considerando o conjunto do PAC e da PDP, as desonerações para o setor produtivo foram efetivadas mediante aproveitamento mais rápido de créditos tributários por investimentos, depreciação acelerada de investimentos, e redução do Imposto sobre Produtos Industriais (IPI) sobre bens de capital” (BARBOSA, 2013, p.78).

Segundo Lopreato (2013), a atuação governamental foi composta de três partes. A primeira tinha como objetivo dar segurança aos investidores em um ambiente com baixo risco a longo prazo. Para isso, foi feito um grupo de empresas públicas e privadas para explorar a área de transporte e energia, focada no setor do petróleo com o financiamento de grande parte

do capital pelo BNDES. A segunda fase está relacionada ao processo de internacionalização das empresas nacionais através da fusão de empresas do mesmo ramo setorial com a ajuda de empréstimos do BNDES. A ideia era que haveria o fortalecimento das empresas nacionais, capaz de brigar frente a frente no mercado internacional. E segue, correlacionando com as duas primeiras partes, a ideia da internacionalização das empresas nacionais através de políticas industriais.

“O Estado passou a envolver-se diretamente por meio de financiamento do BNDES e de participação acionária do BNDESPar, além dos fundos de pensão de empresas estatais” (LOPREATO, 2013, p.226).

A junção da Telemar Norte Leste S/A com a Telecom para formar a OI no setor de telecomunicações, o grupo EBX no setor de óleo, gás e energia, a Brasil Foods (BRF) no ramo alimentício com a fusão da Sadia e Perdigão, a JBS - em 2008 se tornou a maior produtora de proteína animal do mundo com a aquisição da National Beef, Smithfield Beef e Tasman - tiveram a ajuda da BNDESPar (sociedade anônima em relação à Comissão de Valores Mobiliários) e dos fundos de pensão das empresas estatais (Petros Previ e Funcef).

Não podemos deixar de mencionar que, parte dos recursos do BNDES é proveniente do Tesouro Nacional que, por sua vez, tem o Banco Central emitindo títulos da dívida pública com juros de 11% (média do segundo mandato). Logo, há uma crítica liberal ao governo por repassar por juros menores às empresas. Ponto de grande crítica por parte dos liberais do governo Lula, que além da crítica a uma suposta irresponsabilidade fiscal como principal argumento, cobra a transparência das empresas, acusadas de corrupção nos anos seguintes.

Em relação ao lado monetário, houve a redução da taxa Selic em 2007 para 11,5%, sendo ainda considerado elevada perante o cenário favorável de reservas acumuladas que, por sua vez, aproveitando boom das commodities de 2006, promoveu a queda inflação de 5,7% em 2005 para apenas 3,1% em 2006. Mesmo assim, a medida tomada foi de precaução, mantendo a meta de inflação em torno de 4,5% para os anos seguintes. Diante disso, o PIB aumentou de 4% em 2006 para 6,1% em 2007.

“Do ponto de vista da política monetária, a apreciação cambial neutralizou parte do impacto inflacionário da elevação nos preços das commodities em 2006 e 2007, ao mesmo tempo em que evitou o aumento da inflação nos preços dos bens industriais, que estavam sujeitos à concorrência internacional” (BARBOSA, 2013, p.75).

Até setembro de 2008, ou seja, antes dos impactos negativos da crise de 2008, a economia brasileira acelerou o seu ritmo de crescimento econômico, com maior participação do Estado nas políticas de desenvolvimento, industriais, regionais, e sociais – assim como na

ampliação dos gastos nas unidades federativas e nos municípios – de forma que o crescimento não somente se assenta no mercado interno consumidor mas também numa expressiva ampliação dos investimentos públicos e privados. Com isso, acumulam-se progressivamente os efeitos positivos do mercado de trabalho e das políticas sociais na ampliação da renda e do emprego, inclusive em regiões e municípios mais pobres, que contribuiriam para que o processo de mobilidade social ascendente continuasse a ter uma grande expressão.

Em 2008, com a desaceleração do mercado imobiliário americano e a incerteza quanto ao pagamento de suas hipotecas, os principais bancos e fundos de investimento dos Estados Unidos se viram presos à suas posições sobre créditos hipotecários. Com a quebra do banco Lehman Brothers, o mercado mundial viu o risco crescer em relação à disponibilidade de crédito e começaram a se precaver transferindo seus investimentos de títulos privados para públicos de menor risco, havendo uma busca maior por liquidez, o que abriu o cenário de intensa crise financeira e produtiva internacional, com as crises no mercado imobiliário, na bolsa de valores e no mercado das commodities afetando todos os importantes mercados internacionais.

Com esse cenário, o Brasil viu a oferta de crédito do mercado mundial diminuir, somado a demanda por commodities, principal motor do superávit comercial do governo Lula. Isso causou grandes perdas ao setor privado devido à queda no valor das ações e a desvalorização do câmbio que, por sua vez, estavam atrelados ao preço das commodities. Aos endividados em moeda estrangeira e também diversos investidores, a depreciação cambial levou a uma forte deterioração patrimonial (bancos, fundos de investimento, empresas nacionais), além de restringir o poder de compra das famílias, com a desaceleração e fechamento do crédito dos bancos, criando problemas para o crédito às exportações brasileiras, para o capital de giro, investimentos e também para o mercado consumidor brasileiro, especialmente para os bens de consumo duráveis, impactando fortemente o mercado de automóveis e habitacional.

O ponto de grande destaque do governo Lula foi nesse período. A ideia foi tomar medidas anticíclicas através do uso das reservas acumuladas no período de boom econômico para reestabelecer o crédito externo por meio do Banco Central e do BNDES, assim como manter o crédito interno para as empresas, por meio do BNDES, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal, para reestabelecer o capital de giro às empresas e principalmente o mercado interno de consumo sem que – a redução do crédito e de entrada de capital estrangeiro – gerasse um período de grande depressão brasileira. Bancos públicos,

principalmente o BNDES, foram também responsáveis por fornecer crédito para obras de infraestrutura e financiar capital de giro para pequenas empresas. O governo federal estimulou os empréstimos, pois fornecia taxa de juros subsidiadas para equalizar as linhas de crédito fornecidas pelo BNDES. Já os bancos públicos comerciais levaram vantagem ao ver seus concorrentes privados terem seu crédito limitado pela crise do mercado internacional, levando ao aumento de depósitos em seus caixas. Isso fez com que, logo depois, os bancos privados voltassem ao mercado de crédito e financiamento, especialmente quando a economia brasileira voltou a crescer no segundo semestre de 2019 (LOPREATO, 2013).

“A expansão do crédito dos agentes financeiros públicos ocupou o espaço no mercado interno provocado pela retração das operações dos bancos privados e da liquidez internacional. A política de equalização da taxa de juros nas operações de financiamento de investimento (PSI-BNDES) e de manutenção das linhas de crédito de capital de giro atenuou o efeito da crise e permitiu a rápida recuperação do nível de atividade econômica” (LOPREATO, 2013, p.233-234).

Com uma postura oposta ao período de 2003-2005, o governo continuou a gastar e viu diminuir seu resultado primário. Foi uma importante decisão tomada para continuar o crescimento no mercado de trabalho e para ampliar o consumo, por meio da ampliação da demanda, que nesse contexto de enorme crise e pessimismo, somente poderia ser feita pela concessão de crédito via crédito público, dada a forte queda da demanda privada. Em relação ao lado monetário, houve a preocupação em dar liquidez para os bancos e empresas através da expansão da oferta da moeda doméstica e estrangeira pela compra de dólares no mercado de câmbio via Banco Central. Além disso, houve a diminuição da obrigação dos bancos com o Banco Central de recolhimentos compulsórios sobre depósitos e, o incentivo do financiamento de pequenos bancos privados.

O aumento da transferência de renda com o Bolsa Família, o investimento na Petrobras em exploração e produção de petróleo, a redução do juros – ainda que atrasada e para um patamar ainda elevado –, a transferência de recursos a estados e municípios, a redução de impostos sobre preço dos automóveis, bens duráveis de consumo, materiais de construção, assim como o reajuste do salário mínimo, ampliação de investimentos públicos, foram medidas que ampliaram as despesas e os investimentos públicos e, assim, o volume de “demanda efetiva” gerada pelo setor público, enquanto nos momentos mais iniciais da crise caía a demanda do setor privado. De acordo com Nelson Barbosa, “a variável de ajuste da política fiscal foi o resultado primário recorrente do governo federal, que caiu de uma média de 2,4% do PIB, no período 2006 a 2008, para 1,3% do PIB, entre 2009 e 2010” (BARBOSA, 2013, p.81).

No campo tributário, como destaca Lopreato (2013), o governo usou a redução de tributos em áreas de incentivo à indústria, com intuito de manter a produção e continuar incentivando a compra de bens duráveis por parte da população. O principal tributo abaixado foi o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para beneficiar o setor automobilístico que havia sofrido com a falta de oferta do crédito internacional. O Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) foi reduzido também, de 3,65% para 0,65% sobre a produção de motos.

“O uso das medidas fiscais passou a atender a várias finalidades: i) aproveitamento rápido de créditos tributários por investimentos; ii) depreciação acelerada do investimento; iii) redução de tributos em políticas de estímulo ao investimento e às exportações (IPI, PIS-Pasep, Cofins, IR, IOF); e iv) políticas de equalização de taxa de juros, com o propósito de fomento da atividade industrial” (LOPREATO, 2013, p.231).

Com o subsídio público e a permanência da expansão do crédito, o governo federal viu a oportunidade de gerar emprego combinando, mais uma vez, o setor privado e o setor público. O setor da construção se viu em alta graças ao financiamento por parte do BNDES à construção de moradias para aumentar o acesso da população de baixa renda, no programa denominado Minha Casa Minha Vida (MCMV). Logo, podemos dizer que o MCMV foi para atingir duas áreas que necessitavam ajuda no período, o lado social, com inclusão e proteção de famílias mais pobres e, na perspectiva econômica, afetou positivamente um setor que demanda grande mão de obra, o setor da construção civil, aumentando o emprego em um período marcado por grande dificuldade.

“O MCMV foi realizado de duas formas, uma direta e outra indireta. Na via direta, o governo federal contratou a construção de moradias junto ao setor privado e, em cooperação com os governos estaduais e municipais, alocou essas moradias para a população de baixa renda mediante um pagamento simbólico de prestações por parte dos mutuários. Na via indireta, o governo utilizou recursos próprios e recursos excedentes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para subsidiar o financiamento de imóveis populares para a população de baixa renda. Nesse caso a iniciativa partiu do mutuário e das construtoras, com o governo oferecendo subsídio na entrada e na taxa de juro do financiamento imobiliário” (BARBOSA, 2013, p.83).

As medidas anticíclicas executadas no período de crise mundial conseguiram manter a atividade econômica no mercado brasileiro, sem comprometer a demanda interna e os avanços trazidos no mercado de trabalho. Como veremos na seção seguinte, o mercado de trabalho sofreu enormes transformações em favor da mobilidade social das classes mais baixas, sendo de extrema importância as políticas públicas adotadas pelo governo Lula, como aumento do

salário mínimo, concessão de crédito, formalização dos contratos de trabalho, aumento do emprego, entre outros.

### **1.3 Avanços no mercado de trabalho e políticas públicas e sociais: impactos positivos sobre o movimento de mobilidade social ascendente (2003-2010)**

Em um ambiente de crescimento de PIB que o país se encontrava no período 2004-2008, é nítida a conduta tomada pelo governo de usufruir do cenário internacional favorável para formalizar o mercado de trabalho e, com isso, aquecer o mercado interno. A geração de empregos, o aumento do salário mínimo, a melhoria na estrutura ocupacional e o aumento do crédito, contribuíram para inserir grande parte da população no mercado de trabalho e, conseqüentemente, aumentar o mercado consumidor.

“Nesse período marcado pela elevação das taxas médias de crescimento da economia brasileira, o mercado de trabalho apresentou mudanças significativas que, no conjunto, resultaram em importantes melhorias: redução das taxas médias de desemprego, expansão do emprego assalariado formal (protegido pela legislação trabalhista, social e previdenciária brasileira); crescimento do emprego nos setores mais organizados da economia (inclusive na grande empresa e no setor público); redução do peso do trabalho assalariado sem registro em carteira (ilegal) e do trabalho por conta própria na estrutura ocupacional; elevação substancial do valor real do salário mínimo; recuperação do valor real dos salários negociados em convenções e acordos coletivos; importante redução do trabalho não remunerado; intensificação do combate ao trabalho forçado e redução expressiva do trabalho infantil” (BALTAR, 2010, p.10).

Como mostra a tabela 1, os primeiros anos do governo Lula (2003-2004), período marcado pela continuidade das políticas de contenção de gastos, a taxa de desemprego não diminuiu significativamente, chegando a 9,3% em 2005. Com o efeito do boom das commodities no crescimento econômico e a expansão do setor terciário, a taxa de desocupação caiu em 2006 e atingiu 7,1% em 2008. Apesar da crise global em 2008, puxada pelos Estados Unidos, as medidas anticíclicas adotadas no segundo mandato, mantiveram o mercado interno aquecido e a taxa de desocupação chegou a 6,7% em 2011.

Tabela 1 - População em idade ativa, População economicamente ativa, Pessoas Ocupadas, Pessoas Desocupadas e taxa de desemprego (2002-2011)									
Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
PIA (mil pessoas)	140.353	142.980	149.432	152.286	155.247	157.882	160.561	162.807	166.987
PEA (mil pessoas)	86.056	87.788	92.660	95.748	96.874	97.872	99.500	101.110	100.223
Ocupados (mil pessoas)	78.180	79.251	84.419	86.840	88.725	89.899	92.395	92.869	93.493
Desocupados (mil pessoas)	7.876	8.537	8.241	8.908	8.149	7.973	7.105	8.241	6.730
Taxa de desocupação	9,2%	9,7%	8,9%	9,3%	8,4%	8,1%	7,1%	8,2%	6,7%

Fonte: PNAD/IBGE. (PINTO, 2012)

Pochmann (2012) observa que a faixa etária com maior ingresso no mercado de trabalho deu-se na faixa etária dos 45 aos 64 anos. E os acima de 35 anos compunham 49% dos trabalhadores, evidenciando o envelhecimento na base da pirâmide social. Além disso, a escolaridade também foi muito afetada, sendo alunos do ensino médio os mais procurados.

“Na década de 2000, quase 85% do total das vagas abertas destinavam-se à trabalhadores de salário de base com escolaridade equivalente ao ensino médio, ao passo que aos ocupados que possuíam ensino superior restou uma parcela bem menor do total dos postos de trabalho” (POCHMANN, 2012, p.36).

Observando por setor econômico, o setor terciário representou 30,6% do peso relativo em relação ao PIB entre 1980 e 2008, tendo também grande participação na ocupação de baixa remuneração, chegando a 62,5%. Dentro do setor de educação e saúde, destacaram-se os 27,2% em 2009 da posição relativa, confirmando o movimento de transformação da privatização em ambos os setores (POCHMANN, 2012).

“Diante da combinação da recuperação do valor real do salário mínimo nacional com a ampliação das políticas de transferências sociais, nota-se que a recente expansão das vagas de salário de base tem permitido absorver enormes parcelas dos trabalhadores na base da pirâmide social, o que favorece a redução sensível da taxa de pobreza em todo o país. Ainda que isso se mostre insuficiente para alterar o segmento intermediário da atual estratificação social, conclui-se que está em curso uma crescente polarização entre os dois extremos com forte crescimento relativo: os trabalhadores na base da pirâmide social e os detentores de renda derivada da propriedade” (POCHMANN, 2012, p.22).

Em relação ao emprego formal, conforme mostra Pochmann (2012), os empregos de carteira assinada foram destino de 70% do emprego assalariado entre 2004 e 2009. Isso se dá em um cenário de formalização dos empregos a partir de uma fiscalização maior do Estado, através da ação ativa do Ministério de Trabalho.

“O crescimento da formalização significa que um contingente maior de trabalhadores está teoricamente protegido, sendo-lhe assegurada a previdência social e a proteção em caso de doença, acidente, desemprego. Além disso, há na legislação uma série de direitos trabalhistas – entre os quais podem ser citados o décimo terceiro salário, as férias, a licença maternidade e paternidade, o descanso semanal

remunerado, o salário mínimo – que só estão garantidos para os que têm registro na carteira” (BALTAR, 2010, p.19).

A tabela 2 mostra o salto expressivo da criação de novos postos de emprego formal a partir de 2004, passando de 1.862.649 para 2.806.809 em 2010, reforçando a maior fiscalização por parte do governo e o aumento do número de oferta de empregos, dado o crescimento econômico do país no período.

Ano	Criação de novos postos de emprego formal	Estoque de empregos formais no Brasil (em milhões)
2002		28,7
2003	861.014	29,6
2004	1.862.649	31,4
2005	1.831.041	33,3
2006	1.916.632	35,2
2007	2.452.181	37,6
2008	1.834.136	39,5
2009	1.765.980	41,2
2010	2.806.809	44,0

Fonte: RAIS/MTE - Caged 2010

“O crescimento econômico, a maior eficácia da fiscalização do Ministério Público do Trabalho e as políticas de inclusão previdenciária, a exemplo do que se fez para o microempreendedor individual, contribuíram para a redução significativa da informalidade e a expansão do emprego formal” (MERCADANTE, 2010, p.161).

Como destaca a Carta Social e do Trabalho do CESIT (2010), o aumento do emprego no período 2002-2010 ocorre pela ampliação de contratos com prazo indeterminado, sendo 95% do total dos empregos formais.

“Ao lado da ampliação da contratação com proteção social e por tempo indeterminado, há a liberdade do empregador de romper o vínculo de emprego sem necessidade de justificar. Por exemplo, em 2009, no meio da crise, o saldo foi a criação de 995 mil formais, sendo que foram desligados 15,2 milhões de trabalhadores e contratados 16,2 milhões, em um total de 33 milhões de empregados registrados no RAIS” (CESIT, 2010, p.21).

A medida com maior impacto sobre a renda da população mais pobre durante o período Lula, foi a valorização do salário mínimo, sendo fundamental na melhoria dos rendimentos dos trabalhadores, chegando a R\$510,00 reais em 2010, com poder de compra de 2,23 cestas básicas, como mostra a tabela 3.

“Em 2003, primeiro ano do governo Lula, aplicou-se um reajuste de 20% no salário mínimo frente a uma inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao

Consumidor, de 18,54%. O aumento real de 1,23%. Em 2004, o reajuste nominal foi de 8,33%, enquanto o INPC acumulou 7,06% e, em 2005, o salário mínimo foi corrigido em 15,38% contra uma inflação de 6,61%” (PINTO, 2012, p.26).

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo real a preços de jan/2010	Poder aquisitivo (cestas básicas DIEESE)
abr/02	R\$ 200,00	R\$ 309,26	1,42
abr/03	R\$ 240,00	R\$ 312,02	1,38
mai/04	R\$ 260,00	R\$ 324,09	1,47
mai/05	R\$ 300,00	R\$ 348,17	1,60
abr/06	R\$ 350,00	R\$ 402,77	1,91
abr/07	R\$ 380,00	R\$ 424,97	1,93
mar/08	R\$ 415,00	R\$ 435,96	1,74
fev/09	R\$ 465,00	R\$ 468,91	2,01
jan/10	R\$ 510,00	R\$ 510,00	2,23

Fonte DIEESE/<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>

A política de salário mínimo assegurou a preservação do poder de compra por parte dos trabalhadores. Foi responsável também pela melhor previsibilidade, dos agentes públicos e privados, em seus reajustes e seus impactos econômicos e sociais. Tal feito, colocou o Estado como o verdadeiro orientador da política de distribuição de renda, inserindo grande parte dos trabalhadores no mercado consumidor (MERCADANTE, 2010).

Além disso, a valorização do salário mínimo não desrespeitou a inflação e as contas públicas, acompanhando o aumento do emprego formal e a estabilidade econômica do período.

“No que se refere especificamente ao poder de compra, os ganhos foram significativos, registrando o aumento de renda disponível para o consumo de bens essenciais que compõem a cesta básica. Em 1995, a aquisição de produtos básicos comprometia quase 89% da renda líquida do trabalhador que recebia salário mínimo. Em novembro de 2009, a compra de uma cesta básica correspondia a 44,99% da renda líquida, menos da metade do salário mínimo, o que representava o melhor resultado desde 1972. No início do governo Lula, o salário mínimo comprava 1,4 cesta básica. Com o reajuste, de janeiro de 2010 – o maior da série histórica desde o Plano Cruzado – tornou-se possível à aquisição de 2,2 cestas básicas. Como, além do expressivo ganho salarial, os preços dos produtos que compõem a cesta básica se reduziram ao longo dos últimos anos, ampliou-se também a renda disponível das famílias para compra de materiais de construção e vestuário, entre outros” (MERCADANTE, 2010, p.360).

Outro fator que deve ser mencionado é as políticas de transferência de renda, estratégia bem elaborada pelo governo Lula para o desenvolvimento nacional e combate à pobreza. O grande destaque vai para o Programa Bolsa Família (BPF), iniciado em 2003, com a fusão de cinco programas sociais: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás, Programa

de Erradicação do Trabalho Infantil e Cartão Alimentação. O programa BMF visa atender as famílias que se encontram em pobreza extrema. Em 2009, atendiam famílias com até 140 reais de renda per capita. O programa começou atendendo 3,6 milhões de famílias em 2003 e chegou a 12,7 milhões em 2010 (Ipea Data, 2011). O MBF contribuiu para a diminuição da desigualdade social no país, principalmente nas regiões do Norte e do Nordeste, responsáveis por 88% da redução das desigualdades, entre 2004 e 2006 (MERCADANTE, 2010).

Graças às medidas governamentais de incentivo ao crédito, aumento do salário mínimo e a expansão das políticas de transferência renda (Bolsa Família como principal ferramenta), o mercado de trabalho continuou seu processo de expansão. Com o apoio dos sindicatos, houve uma melhora na regulação do Ministério do Trabalho e Emprego, permitindo o emprego formal crescer no setor privado, no setor público e o emprego sem carteira diminuir junto com o trabalho não remunerado.

O cenário do período 2006-2008 era favorável à expansão do emprego graças à estabilidade monetária e entrada de capital no Brasil. Mas a estruturação do mercado de trabalho cabe a uma interpretação da necessidade de regulação e formalização tanto para as empresas como para os trabalhadores, que ainda estava em falta na sociedade brasileira.

“Entre 2006-2008, o estoque de desempregados reduziu-se 12,8%; com os impactos da crise internacional, a evolução no período 2006-2009 mostra uma elevação de 3,3% no número de desempregados. Entretanto, a elevação da taxa de desemprego no período 2008/2009 afetou de forma moderada o mercado de trabalho brasileiro, alcançando 8,3% para o conjunto do país em 2009, ainda abaixo dos 8,4% de 2006. Enquanto em vários países a crise internacional provocou uma forte elevação do desemprego, em 2010, a taxa média de desemprego metropolitano (PME/IBGE) já havia caído para 6,7%; bem menor do que a taxa média de desemprego (10%) e também do que a taxa observada no ano da crise (8,1% em 2009)” (KREIN, SANTOS, NUNES, 2011, p.21).

“Por outro lado, o emprego assalariado sem carteira apresenta uma queda de 2,7% e o de trabalhadores não remunerados de 20,4% entre 2006 e 2009; o universo de trabalhadores domésticos que vinha sendo reduzido, entre 2006 e 2008, apresenta um aumento de 7,3% no conjunto do período 2006-2009, principalmente pelos impactos do crescimento de 9% entre 2008 e 2009. Entretanto, mesmo já refletindo os impactos da crise internacional, o estoque do conjunto dessas ocupações mais precárias reduziu-se 2,6% de 46,695 milhões em 2006, para 45,504 milhões em 2009” (op.cit.).

Claro, não podemos afirmar que o mercado de trabalho teve todos seus problemas resolvidos. Apesar dos efeitos das políticas públicas e do crescimento econômico, sua estrutura não mudou por completa, os índices de informalidade não sumiram. De acordo com o IBGE, em 2010 os trabalhos informais ainda eram maioria na sociedade brasileira, ou seja, baixa remuneração, rotatividade alta e sem previdência social. Os setores terceirizados e os

ocupados com contratos de curto prazo continuavam com o peso herdado na década passada em relação à totalidade da geração de empregos.

Também houve um estímulo por parte do Estado para manter as empresas interessadas em novas contratações. Leis relacionadas ao trabalho em atividades de transporte rodoviário de cargas (Lei n. 11.442/2007) e o contrato de trabalhadores rurais por pequeno prazo (Lei n. 11.718/2008) deram maior autonomia para as mesmas quando se trata da negociação dos contratos.

O governo Lula (2003-2010) conseguiu articular enormes transformações na pirâmide social brasileira através da combinação de políticas econômicas e sociais focadas em um modelo de desenvolvimento voltado ao enfrentamento das desigualdades sociais da sociedade brasileira. Com a confiança do mercado reestabelecida após o “ajuste necessário” do primeiro mandato e a crescente demanda internacional no período 2004-2008, o governo petista implementou diversas políticas públicas voltadas para a melhoria do mercado de trabalho e do emprego, com a ajuda dos bancos públicos (BNDES, principalmente) para o fortalecimento das empresas nacionais e para dar segurança ao mercado privado. O aumento do salário mínimo, a expansão do Programa Bolsa Família e do crédito, a formalização dos contratos de trabalho, o aumento do número de beneficiários da previdência e do BPC, contribuíram para o aumento de renda da população das classes mais baixas, havendo grande mobilidade social ascendente no período, inserindo no mercado consumidor uma demanda reprimida há muito tempo, além de retirar milhões de indivíduos da condição de pobreza (POCHMANN,2012).

Entretanto, como veremos no capítulo seguinte, essa melhora do padrão de vida das classes mais baixas foram rotulados por diversos autores e pelo próprio governo em vigor, de formar equivocada, como o surgimento de uma nova classe média. Tal definição acaba excluindo diversas variáveis relacionadas ao conceito de uma classe - como, valores familiares, pensamento próspero, acesso à educação e saúde, segurança pública, entre outros - não sendo dimensionadas no processo de mobilidade social e concentrando as análises no aumento de renda das classes mais baixas no período. Como adverte Max Weber (2004), a renda não é a única variável que define um grupo social, sendo necessário levar em consideração as especificidades da estratificação social, diferenciadas no âmbito econômico, social e político.

## CAPÍTULO 2 - UMA "NOVA CLASSE" NO MERCADO CONSUMIDOR

### 2.1 Introdução

Em um cenário internacional favorável aos preços das commodities, o governo Lula usou políticas sociais em favor dos trabalhadores, como o aumento do salário mínimo, a expansão do crédito e políticas de transferência de renda ativa, com uma combinação entre o Estado e o setor privado, em que o primeiro incentivava a produção do segundo por meio da redução de tributos, subsídios e crédito (IPI e Cofins, políticas como o PAC e outras citadas anteriormente), dando a oferta necessária para a população que vinha se inserindo no mercado consumidor.

“Além desta mais favorável combinação entre PIB e salário mínimo real, outros elementos positivos estão presentes no período recente. Um deles é a acentuada formalização dos contratos de trabalho, que potencializa os efeitos da recuperação do salário mínimo. O outro é a maturação, aprimoramento e ampliação dos programas focalizados de transferência de renda, com significativo impacto entre os miseráveis não diretamente beneficiados pelos ganhos do piso legal” (QUADROS, 2008, p.4).

Esse aumento de renda das classes mais baixas iniciou o debate sobre sua caracterização em relação à pirâmide social brasileira, sendo adotado pelo próprio governo o discurso da criação de uma “nova classe média” no período vigente. É necessário entender que existem diversas variáveis envolvidas no processo de definição de um extrato social. Renda, poder de compra, acesso à serviços de educação, saúde, saneamento básico, cultura, segurança pública, etc, devem ser base na definição do conceito de uma classe e determinantes na análise da mobilidade social ocorrida no governo Lula.

O termo “nova classe média” ganhou destaque em 2008, a partir do estudo econômico “Nova Classe Média”, de Marcelo Neri, ex-presidente do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) e ex-ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da presidência da república, ambos os cargos durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2014). O estudo ganhou força na mídia brasileira, por simbolizar a melhoria no mercado de trabalho e na remuneração, trazida ao povo brasileiro durante o governo petista.

Neste capítulo, será feito a análise sobre o debate da “nova classe média”, em duas partes. A primeira seção tem como objetivo mostrar como diversos autores veem esse movimento de ascensão social durante o governo Lula, com destaque para Waldir Quadros (2008;2011), Marcio Pochmann (2012) e Marcelo Neri (2008;2011a), seus métodos

quantitativos e qualitativos na caracterização desta “nova classe”. E na segunda seção, através da análise de Jessé Souza (2012), veremos a crítica sobre a insuficiência metodológica do conceito criado por Neri (2008;2011a), mostrando as particularidades das classes mais baixas em ascensão, das quais as diferenciam da classe média tradicional.

## **2.2 Caracterizações da "nova classe média"**

O conceito da “Nova Classe Média” (NCM) veio para resumir os avanços vindos das políticas econômicas do governo Lula, principalmente, pelo aumento dos empregos formais, aumento do consumo, do acesso ao crédito, entre outros aspectos. Nesse contexto econômico e social, inicia-se o debate sobre a formação de uma nova classe, a partir do aumento da renda da população e da grande mobilidade social ascendente das classes mais baixas.

O governo, a partir da Secretária de Assuntos Estratégicos (SAE), criou em 2011, uma Comissão para Definição da Classe Média para tentar formular uma única definição sobre a “nova classe média”. Foi definida uma renda familiar per capita entre R\$ 291 e R\$ 1.019. O SAE tinha como proposta discutir políticas públicas a favor da “nova classe média”. Medidas como melhoria da produtividade dos trabalhadores no emprego formal através da educação técnica, incentivos à poupança da classe média e melhoria da rentabilidade dos autônomos, mostram uma preocupação com a inserção desta “nova” classe no mercado de trabalho. Entretanto, não há menção em relação aos serviços públicos, como saúde e educação, serviços indispensáveis para o bem-estar das pessoas e dos membros de suas famílias, serviços ofertados em melhor qualidade em geral apenas na esfera privada com acesso restrito à massa trabalhadora e aos miseráveis.

O economista Marcelo Neri, por meio de seu trabalho “A Nova Classe Média” (2008; 2011a), acaba se tornando um dos maiores representantes dessas visões baseadas no âmbito estatístico e econômico, com bases em estudos especialmente centrados nos critérios de renda. A ideia é de legitimar a ampliação de renda feita no governo petista - aumento do salário mínimo, expansão do crédito, das políticas de transferência de renda - em um aumento da classe C, maior classe social do país após as políticas públicas adotadas pelo governo Lula. A partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) relacionados à renda familiar per capita em seis metrópoles brasileiras, Neri (2008;2011a) dividiu o Brasil em cinco estratos econômicos:

“Na classificação de Neri, pertenceriam à classe C as pessoas com renda domiciliar (de todas as fontes) entre 1126 reais e 4854 reais (a preços de 2009 na Grande São

Paulo). Assim definida, ela representava 38% da população em 2003, tendo chegado a 50% em 2009. Levando-se em conta o crescimento da população, deduz-se que cerca de 29 milhões de pessoas teriam engrossado a classe C entre 2003 e 2009, cifra que passou a ser veiculada como a do “ingresso na classe média” durante o governo Lula. Já as outras classes teriam sofrido variações pequenas. A classe D (renda de 725 a 1126 reais) teria caído um pouco (de 27% para 24% entre 2003 e 2009); a classe B (renda entre 4854 e 6329 reais), de 4% a 5% entre 2003 e 2009” (SINGER, 2012, p.135-136).

A “nova classe média” está vinculada com o estrato econômico da classe C, definida por Neri (2008;2011a), como a classe intermediária da pirâmide social brasileira. Isso significa, no parâmetro econômico, que a classe C recebe a renda média da sociedade, no sentido estatístico, sendo considerada uma “nova classe média” após ocupar a região central da pirâmide social, representando 50% da população brasileira.

“Heuristicamente, os limites da nova classe média (classe C) seriam as fronteiras para o lado indiano (D e E) e para o lado belga (A e B) da Belíndia brasileira. Investigamos as migrações entre esses diferentes Brasis. A classe C auferem em média a renda média da sociedade, ou seja, é classe média em sentido estatístico. Nossa nova classe média está compreendida entre aqueles acima da metade mais pobre e um pouco abaixo dos 10% mais ricos pouco depois da virada do século, segundo uma combinação de bases de pesquisas domiciliares” (NERI, 2011, p.19-20).

Mesmo definindo a segmentação em estratos apenas econômicos, Neri (2008;2011a) se contradiz ao atribuir aspectos subjetivos e sociais, variáveis presentes na construção de uma classe social.

“Em nossa visão, baseada em renda sobre a nova classe média, aninhamos expectativas subjetivas de pessoas e seus respectivos estoques de ativos físicos, humanos e sociais. Entretanto, para que a análise tenha consequência, há que se arbitrar um ponto de apoio central que aqui é baseado na renda. Com base na classificação das pessoas em grupos de renda, são incorporadas expectativas e atitudes, e a renda permanente é aquela na qual os estoques de ativos são convertidos em fluxos.” (NERI, 2011, p.19)

Para Neri (2008;2011a), o aumento do emprego foi o principal símbolo da mobilidade social associada ao que ele vai denominar “nova classe média”. Em 2008, foram criados 849 mil postos de trabalho e em 2010, 962 mil (2011a), dando margem à população ter maior acesso ao crédito e com isso fomentar o mercado consumidor. Em pesquisa produzida pela Serasa Experian, adotando os critérios de segmentação social dado por Neri (2008;2011a), apenas em 2013, a “NCM” movimentou 58% do crédito no Brasil. O consumo de automóveis, computadores, cosméticos, passagens aéreas, números de cartões de débito e crédito confirmariam a inserção em novos mercados e seria um dos importantes aspectos na sua caracterização da “nova classe média”.

Levando em consideração o relatório do Banco Central do Brasil (2013) sobre a evolução do portfólio das dívidas bancárias das famílias, Silva (2015) afirma:

“A elevação na demanda por empréstimos, ocorrida a partir do final do ano de 2003, aqueceu a elevação das operações de crédito no Brasil. Foi a partir do ano de 2003 que os empréstimos contratados por pessoas físicas já somavam cerca de R\$159,3 bilhões de reais. Isto significou um aumento de 4,6% na demanda por crédito pelos brasileiros, se comparado a dezembro de 2002 (BCB, 2013). Mas foi entre os anos de 2004 e 2008 que ocorreu a proliferação da demanda por linhas de crédito pela população de baixa renda. Foi nesse período que o forte crescimento econômico brasileiro impulsionou a redução das taxas de juros. E associada ao crescimento da renda e do emprego formal aos brasileiros, os prazos para quitação dos empréstimos ficaram cada vez mais flexíveis (BCB, 2013)” (SILVA, 2015, p.59).

O aumento real do salário mínimo a partir de 2004 e a ampliação do mercado consumidor deram acesso às classes mais baixas ao crédito, sendo registrado pelo Banco Central do Brasil (BCB), um aumento nas operações de crédito para pessoas físicas, de 9,4% do PIB, em 2003, para 24,8% em 2013 (BCB, 2013).

Outra interpretação válida do aspecto econômico sobre o aumento ou surgimento de uma nova classe média é de Amaury Souza e Bolívar Lamounier (2010), na qual os autores se baseiam nos fatores econômicos, decorrentes do crescimento econômico no período do governo petista e dos recursos políticos, referente à articulação dessa “nova classe média” para a briga por seus interesses. Sua pesquisa parte de dados do PNAD e do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), para caracterizar uma visão enviesada da desconfiança em relação ao papel do Estado como provedor de serviços públicos, afirmando sua ineficiência e corrupção, não presente na lógica e racionalidade do mercado. É nítida também a visão elitista estabelecida em relação às classes pobres quando o assunto é o debate político, as considerando menos interessadas no debate político, ignorando a restrição ao acesso a uma educação de qualidade, ao espaço socioespacial ocupado e ao acesso à cultura, limitando a argumentação dos autores. Com uma visão a favor do mercado, Souza & Lamounier (2010) concluem a eficiência da privatização de serviços para suprir o que um Estado falho não pode cumprir.

“Os autores observaram, a partir das pesquisas realizadas, a busca por um estilo de vida por parte da nova classe emergente, no qual viver bem implica consumir muito através do crédito, fragilizando segurança econômica das famílias que contraem dívidas para consumir. Afirmam, ainda, que a classe média tradicional se preocupa muito mais com as instituições democráticas que dão suporte às atividades sociais no país do que as classes inferiores. Concluem que, por conta de sua heterogeneidade, essa camada social não internaliza de forma substancial os valores liberais: mercado e estado racional” (VICENTE, 2013, p.84).

Os argumentos de Souza & Lamounier (2010) comprovam os limites estreitos da mobilidade social ascendente alcançado pelas classes mais pobres, pois evidencia a necessidade de buscar serviços de base como educação, saúde, saneamento básico, segurança pública, no setor privado, dada a ineficiência dos serviços ofertados pelo Estado.

Foi notável, realmente, a expansão do consumo de uma nova parte da população pobre por meio do crédito consignado, ou por meio de cartão de crédito, com patamares de taxas de juros fortemente elevadas. Entretanto, é muito importante destacar que o aumento de renda e do acesso ao crédito, por si só não são suficientes para caracterizar a formação de uma nova classe média.

Mesmo com o aumento expressivo da renda das classes mais pobres, os serviços públicos não foram capazes de garantir acesso universal à massa trabalhadora e aos miseráveis - serviços de saúde, habitação, educação, assistência social, entre outros - dando espaço para o fortalecimento do setor privado na oferta desses serviços. Tal fenômeno distancia a população para a redistribuição igualitária de serviços, pois o aumento de renda das classes mais pobres não é suficiente para usufruir desses serviços de base ofertados pelo mercado (FLEURY, 2013).

Analisando as estratificações das ocupações provenientes das separações dos rendimentos declarados, de acordo com metodologia implementada por Quadros (2008), medimos o poder de compra da população mesmo em períodos de crescimento econômico, sendo o salário mínimo a referência. O autor baseou-se nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE. Vale lembrar que os rendimentos indicam os “padrões de vida” das classes sociais. As faixas de rendimentos são separadas por: abaixo de R\$ 250, representados pelos miseráveis; entre R\$ 250 a R\$500, definidos como a massa trabalhadora; R\$500 a R\$1250, como baixa classe média; R\$1250 a R\$2500, média classe média; e por fim, acima de R\$2500, a alta classe média (os valores são de janeiro de 2004). Com a enorme dispersão que traria ao modelo, foram excluídos os ricos desta estrutura social.

Tabela 4 - Indivíduos que declaram rendimentos à PNAD

Faixas de Rendimentos (*)	"padrões de vida"
Acima de R\$2500	Alta classe média
R\$1250 a R\$2500	Média classe média
R\$500 a R\$1250	Baixa classe média
R\$250 a R\$500	Massa trabalhadora
abaixo de R\$250	Miseráveis

(\*) valores em janeiro/2004.

Fonte de dados: PNAD/IBGE. (QUADROS, 2008)

Levaremos em consideração as tabelas 5 e 6 para a segmentação entre as faixas de rendimentos propostas: a estratificação familiar e a individual. A primeira engloba a maior parte da população, porém o aumento salarial do membro melhor remunerado pode ser menor em relação a todos os membros família. Como foi um período de grande aumento do emprego, principalmente entre jovens e mulheres, é necessário levar em consideração o desempenho da remuneração individual, pois condiz com a realidade social da base da pirâmide, segmento mais afetado pelo aumento do nível de renda.

Tabela 5 - Estratificação dos indivíduos que declaram rendimentos - Brasil

Anos	Alta classe média	Média classe média	Baixa classe média	Massa trabalhadora	Miseráveis	Total
2001	5,3	8,3	23,1	25,5	37,9	100
2002	4,7	7,6	22,3	25,8	39,6	100
2003	4,4	6,7	23,0	25,4	40,6	100
2004	4,1	7,1	21,8	27,9	39,2	100
2005	4,5	7,7	25,1	39,3	23,4	100
2006	5,0	8,3	26,4	37,9	22,3	100
2007	5,3	9,1	28,2	37,3	20,1	100

Fonte de dados: PNAD/IBGE. (QUADROS, 2008)

Tabela 6 - Estratificação familiar da população - Brasil

Metodologia: membro melhor remunerado

Anos	Alta classe média	Média classe média	Baixa classe média	Massa trabalhadora	Miseráveis	Total
2001	7,9	11,5	30,0	27,1	20,7	100
2002	7,2	11,0	29,6	28,4	21,5	100
2003	6,8	9,7	30,3	28,4	22,4	100
2004	6,4	10,3	29,4	30,7	21,1	100
2005	7,0	11,1	33,2	36,7	10,1	100
2006	7,8	11,9	34,7	34,4	9,6	100
2007	8,2	13,0	36,0	32,6	8,3	100

Fonte de dados: PNAD/IBGE. (QUADROS, 2008)

Considerando essa metodologia, ao analisarmos as tabelas de estratificação individual e familiar, notamos uma similaridade na movimentação da média classe média e da alta classe média. Ambas tiveram uma retração até 2004, acompanhando o ambiente econômico instável de aceleração da inflação, restrição do investimento externo e expansão da dívida pública, correspondente ao empréstimo junto ao FMI. Com o efeito do “ajuste necessário”, baseado no superávit primário, controle da dívida externa e, a melhora do cenário internacional puxada pelo aumento da demanda chinesa por commodities, entre 2004 e 2007, houve o aumento na estratificação das duas classes, chegando a 8,2% na alta classe média e 13% na média classe média. Isso mostra a permanência dessas classes no topo da pirâmide social que, por sua vez, restringe à mobilidade ascendente das segmentações de baixo (QUADROS, 2008).

A baixa classe média tem uma recuperação rápida entre 2002 e 2003 e retrocesso em 2004, devido a maior dependência de tecnologias mais avançadas, desfavorecidas pela

limitação do investimento estrangeiro e das políticas macroeconômicas conservadoras. A partir de 2005, acompanhou o crescimento do PIB, se juntando a ascensão das classes mais altas. A massa trabalhadora está relacionada com a ascensão da baixa classe média a partir do crescimento do PIB em 2005, pois o desenvolvimento nacional atinge de imediato os empregos de baixa remuneração, normalmente aqueles com menor grau de escolaridade e qualificação, como é o caso de vendedores de lojas e trabalhadores na construção civil (QUADROS, 2008).

Em relação às massas trabalhadoras, a tabela mostra a estagnação durante o ajuste fiscal recessivo entre 2001 e 2003, principalmente pela limitação da oferta de emprego. A partir de 2004, com a volta do crescimento econômico, o governo adotou o aumento do salário mínimo, acima da inflação do período anterior, e a expansão das políticas de transferência de renda, com destaque para o PBF, impactando no poder de compra da massa trabalhadora e dos miseráveis. Esse impacto retirou 12,4% das famílias em extrema pobreza no período 2002-2007, encurtando a base da pirâmide social brasileira.

Em 2008, vale destacar, que a estratificação social brasileira não sofreu um grande impacto negativo da crise americana. Apesar da restrição do crédito internacional, o governo Lula, por meio dos bancos públicos, forneceu crédito para obras de infraestrutura, empréstimos para o setor empresarial e pequenas empresas, responsáveis pela estabilidade do nível de emprego e da mobilidade social. Como mostra a tabela 7, que apresenta a estratificação social dos indivíduos ocupados, o movimento de diminuição das classes mais baixas continuou, representado por 33% da massa trabalhadora e da baixa classe média em 2009.

Tabela 7 - Estratificação social dos indivíduos ocupados

Estratos sociais	2003 (%)	2008 (%)	2009 (%)
Alta classe média	4,7	5,2	5,3
Média classe média	6,9	9,3	9,7
Baixa classe média	24,5	30,7	33,0
Massa trabalhadora	27,8	35,0	33,0
Miseráveis	36,1	19,8	18,9
TOTAL	100	100	100

Fonte: PNAD, IBGE. (QUADROS, 2011)

Para uma análise mais precisa do conjunto da população, Quadros (2011) baseou-se na avaliação da agregação familiar da seguinte forma: a partir de dados de 2009, separou a estrutura social pelo membro melhor remunerado e cada estrutura social foi ajustada pelos “rendimentos familiares per capita apurados anualmente” (QUADROS, 2011), ou seja, na

tabela 8 a primeira coluna classifica a família no estrato social, enquanto a segunda mostra a porcentagem de famílias que vivem “padrão de vida médio” ao estrato social que pertencem.

Tabela 8 - Estratificação social da população - Brasil - 2009

Estratos sociais	Membro melhor situado	Ajustado pela renda per capita
Alta classe média	7,7	5,0
Média classe média	13,2	16,3
Baixa classe média	38,8	29,9
Massa trabalhadora	30,7	29,2
Miseráveis	9,7	19,6
TOTAL	100	100

Fonte: PNAD, IBGE. (QUADROS, 2011)

É possível notar que a massa trabalhadora e a baixa classe média compõem juntas mais da metade da população brasileira em 2009 (69,5%), sendo que ambas possuem uma diminuição quando é feito o ajuste pela renda per capita, de 30,7% para 29,2% e 38,8% para 29,9%, respectivamente. Logo, o aumento do nível de renda, no período de crise mundial, atinge menos famílias, quando o padrão de vida de cada extrato social abrange todos os membros da família.

Na tabela 9, Quadros (2011) procurou isolar o impacto do crescimento populacional no período 2003-2009, para evidenciar as variações de pessoas entre os estratos sociais.

Tabela 9 - Estratificação social da população ajustada pela renda familiar per capita - Brasil - (mil pessoas)

Estratos sociais	2003 (%)	2009* (%)	Crescimento acumulado
Alta classe média	7.976	8.853	877
Média classe média	21.852	28.675	7.701
Baixa classe média	41.208	52.620	19.113
Massa trabalhadora	45.170	51.378	25.322
Miseráveis	59.749	34.427	-
TOTAL	175.954	175.954	-

Fonte: PNAD, IBGE. (QUADROS, 2011)

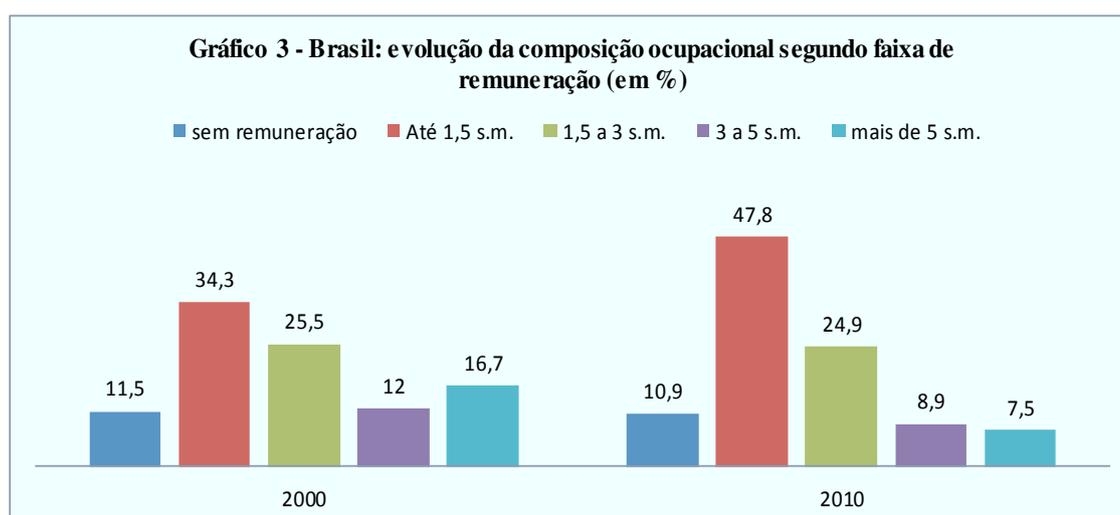
\*Simulando a população de 2003 nas proporções de 2009.

Como destacado por Quadros (2011), é notável uma variação mais estreita da baixa classe média até o topo da pirâmide social, sendo as duas camadas inferiores responsáveis pela grande mobilização do período, “*um canal de ascensão equivalente a 42,3% da população de 45,2 milhões em 2003, e de 42,4% entre os 59,7 milhões de miseráveis*”.

A mobilidade social mais estreita nas camadas superiores e concentrada na base da pirâmide social evidencia o conteúdo do crescimento econômico do período 2003-2009. A atividade no mercado de trabalho foi puxada pelo aumento de emprego das classes mais baixas, ingressando esses indivíduos no mercado consumidor. Porém, a estrutura produtiva que requer níveis de tecnologia mais altos e trabalhadores mais qualificados, como a indústria,

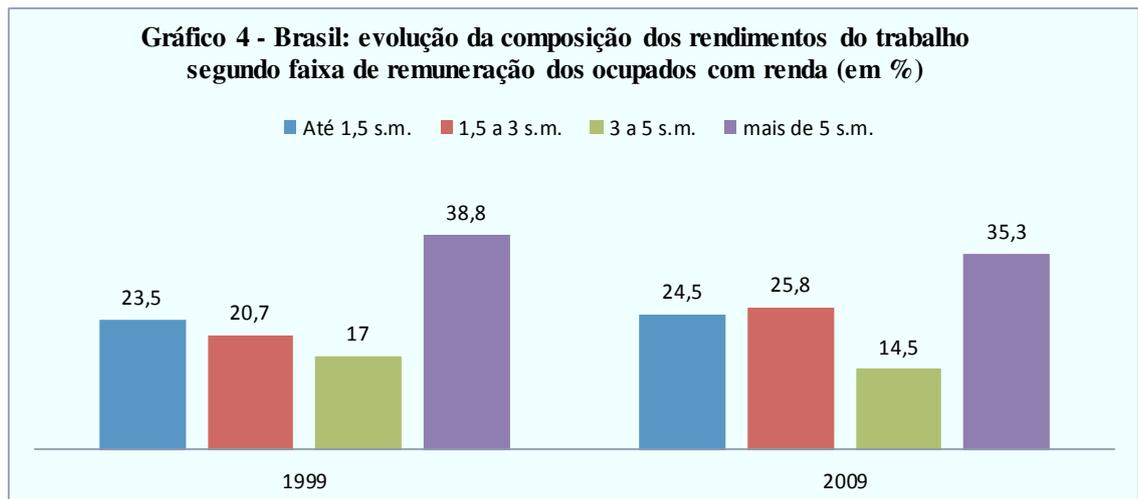
não teve uma mudança significativa (QUADROS, 2011). Podemos entender que a evolução do mercado de trabalho brasileiro no governo Lula (2002-2010) ainda passava pelos problemas estruturais como, excedente de mão de obra, informalidade e alta rotatividade, sendo necessário tratar, primeiramente, da oferta de emprego e da formalização dos contratos de trabalho para as classes mais baixas e, depois, fomentar a estrutura produtiva para gerar empregos qualificados e desenvolver a indústria nacional. Porém, tal desenvolvimento foi focado na incorporação do consumo de bens duráveis para as classes populares para movimentar o mercado interno, no curto prazo.

De acordo com Pochmann (2012), a segmentação das classes é feita através dos agregados ocupacionais, dividindo a pirâmide social em: faixa inicial, sem qualquer tipo de remuneração, na faixa seguinte, o extrato social que recebe até 1,5 salários mínimos, na terceira, entre 1,5 a 3 salários mínimos, a quarta, entre 3 a 5 e, no topo da pirâmide social, as classes mais altas que ganham mais de 5 salários mínimos (s.m). De acordo com o gráfico 3, os trabalhadores com remuneração até 1,5 s.m tiveram o maior crescimento do período do governo Lula, de 34,3% em 2000 para 47,8% em 2009, ocupando quase metade das ocupações existentes em 2009.



Fonte: IBGE/PNAD. (POCHMANN, 2012)

Isso mostra o aumento nos postos de trabalho e do mercado formal na base da pirâmide social, potencializando a dinâmica do mercado interno. E como mostra o gráfico 4, a faixa de remuneração até 1,5 s.m. e entre 1,5 s.m. a 3 s.m. representam 52,3 % da remuneração do país, mostrando a dominação de empregos de baixa remuneração na expansão do mercado de trabalho no período 2003-2010 (POCHMANN, 2012).



Fonte: IBGE/PNAD. (POCHMANN, 2012)

O setor de serviços foi o setor que mais cresceu no período do boom das commodities, sendo o telemarketing, motoboy, garçons, etc, trabalhos que não podem ser associados diretamente, por um patamar de renda ou de escolaridade, ao conceito “nova classe média”. Esse tipo de emprego depende de apenas um nível de escolaridade de ensino médio, bastante palpável para ingressar jovens com baixa escolaridade. Não é o mercado de trabalho que exigiu maior escolaridade e sim o oposto, a menor escolaridade cumpriu com os pré-requisitos do mercado de trabalho. A construção civil, trabalhadores do comércio e da indústria extrativa também incorporaram os trabalhadores da base da pirâmide social pelo mesmo motivo, exigência de nível de escolaridade baixa (POCHMANN, 2012).

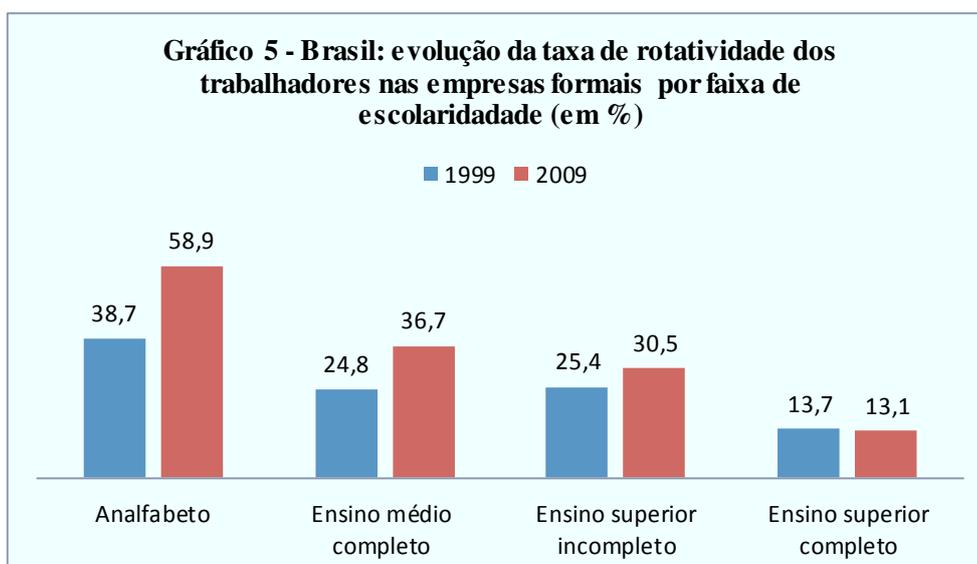
“No caso dos trabalhadores com remuneração de até 1,5 salários mínimo mensal, registra-se que as profissões em maior expansão na década de 2000 foram as de serviços (6,1 milhões de novos postos de trabalho, que responderam por 31% da ocupação total). Na sequência, aparecem os trabalhadores do comércio (2,1 milhões), da construção civil (2 milhões), de escriturários (1,6 milhões), da indústria têxtil e de vestuário (1,3 milhões) e do atendimento público (1,3 milhões). Somente essas seis profissões compreenderam 14,4 milhões de novos postos de trabalho, o que equivaleu a 72,4% de todas as ocupações com remuneração de até 1,5 salários mínimo mensal” (POCHMANN, 2012, p.32).

Pochmann (2012) ressalta que, mesmo com as mudanças nos salários de base, não foram apresentadas profundas mudanças nas formas de organização e de representação no sindicalismo brasileiro. Assim, entre 1999 e 2009, diminuiu de 32,9% para 29,7%, a taxa de sindicalização. Além disso, como afirma Braga (2014), o mercado de trabalho ainda enfrentava dificuldades na criação de empregos qualificados, sendo o crescimento econômico

apoiado no trabalho com salários baixos e a manutenção de um número absoluto elevado de alguns tipos de empregos informais.

“Embora tenha-se presenciado nos anos 2000 a retomada da geração de postos de trabalho formais, a qual ganha ainda mais evidência quando contrastada com a situação de penúria do mercado de trabalho na década de 1990, é necessário ressaltar que a existência de um amplo contingente de trabalhadores informais no mercado brasileiro ainda é uma realidade. De acordo com o IBGE a porcentagem dos trabalhadores assalariados com carteira assinada em relação ao total de ocupados passou de 39,7% em 2003 para 46,3% em 2010, o que significa que, em 2010 mais da metade dos trabalhadores permaneciam na informalidade, o que implica a existência de um grande contingente de trabalhadores que se encontram na maioria dos casos em situações de precariedade, em ocupações instáveis, com baixa remuneração e ausência de cobertura previdenciária” (PAULO, 2015, p.157).

O processo de terceirização e segmentação produtiva evidencia a continuidade no processo de redução de custos da década de 1990, sendo uma forma de flexibilizar as leis trabalhistas. As empresas contratantes apresentam enorme flexibilidade de demissão, tendo tempos de contratos indeterminados, prejudicando os trabalhadores com a alta rotatividade, e pela menor remuneração, associada ao excedente de mão de obra presente na estrutura social brasileira. Tal fenômeno difere dos trabalhos ofertados para trabalhadores de ensino superior, típico da classe média tradicional, nos quais a taxa de rotatividade apresentou uma diminuição de 0,6% entre 1999 e 2009, como mostra o gráfico 5, sendo a única faixa de escolaridade a apresentar uma diminuição no período.



Fonte: MTFJRAIS. (POCHMANN, 2012)

Como o nível de escolaridade está atrelado a remunerações mais altas, as classes mais baixas, apesar do significativo aumento no salário mínimo, ainda se viam presas nos problemas da estrutura social brasileira, marcada pelo excedente de mão de obra, superexploração do trabalho, informalidade e alta rotatividade, não podendo ser comparada aos privilégios dos empregos formais de ensino superior completo, pois além de salários maiores, os contratos de trabalho possuem maior durabilidade (POCHMANN, 2012). Assim, apesar da mobilidade ascendente dos trabalhadores com salários de até 1,5 s.m, ainda existem diversos privilégios presentes na classe média tradicional, como nível de escolaridade, estrutura ocupacional, entre outros aspectos, que as diferenciam desta “nova classe média”.

A antiga classe média conquistou seu padrão de vida com o aumento do poder de consumo através da educação, saúde e acesso a bens culturais. Grande parte da renda familiar dessa classe é direcionada aos estudos dos filhos, pois garante a reprodução e perpetuação do status social (GUERRA, 2006). Diferentemente da antiga classe média, “a nova classe média”, que teve o aumento de renda no período do governo Lula (2002-2010), principalmente a massa trabalhadora da estratificação social de Quadros (2008), não tinha como possuir pensamento próspero, termo usado por Jessé Souza (2010) para designar a maior preocupação com os rendimentos do futuro em relação ao presente, pois seu tempo era dividido desde cedo em uma dupla jornada: trabalho e estudo. A primeira jornada era composta de longas horas de trabalho, muitas vezes de ambientes precarizados, por um salário baixo, sendo frequente o endividamento desses indivíduos. E os estudos dependiam das instituições públicas de ensino, formado por profissionais mal remunerados e por um sistema de ensino aquém do necessário para ingressar os alunos em uma universidade de qualidade.

Como veremos na seção seguinte, ao contrário de Neri (2008;2011a) e sua visão da estratificação social apenas pelo nível de renda, a abordagem da perspectiva sociológica, sem perder a perspectiva econômica, mostra que, para definir uma classe social, é necessário levar em consideração diversos tipos de variáveis, educação, saúde, posição socioespacial, acesso à cultura, acesso ao espaço público, estabilidade emocional, pensamento próspero, ignorados na elaboração do conceito da “nova classe média”

### **2.3 Críticas ao conceito "nova classe média" no período do governo Lula (2002-2010)**

O conceito de “nova classe média” desenvolvido por Neri (2008;2011) evidencia uma insuficiência metodológica - por considerar apenas a renda e esquecer de mencionar aspectos

econômicos que não estão diretamente ligados a ela, à infraestrutura urbana e rural, os direitos, à qualidade de educação e serviços de saúde e os aspectos psicológicos desenvolvidos em um ambiente familiar de renda estável, como pensamento próspero - na abordagem feita sobre a mobilidade social ocorrida no governo Lula. É nítido o uso do aumento de rendimentos e do consumo para agregar a ascensão social das classes mais baixas à emergência de uma “nova classe média”, buscando demonstrar que o Brasil é fundamentado pela classe média.

A classe média tradicional desconhece o funcionamento de serviços públicos e sociais presentes no dia a dia da massa trabalhadora. Enquanto ela possui serviços de saúde privado, uma enorme parte da massa trabalhadora e a grande maioria do segmento que muitos chamam de “nova classe média” recorrem a postos de saúde públicos e aos limitados recursos do SUS, precisando encarar grandes filas de espera e enormes problemas que dificultam um atendimento adequado. Enquanto o primeiro segmento social dispõe de segurança privada em condomínios fechados, o segundo ocupa o espaço periférico de conflito entre traficantes e policiais, tendo grande vulnerabilidade social em seu próprio bairro. Sem mencionar a diferença das escolas públicas e privadas, dado que o primeiro carece de professores bem remunerados e um sistema de ensino de qualidade.

“O desigual tratamento desta parcela da classe trabalhadora conhecida está demarcado também pelo território, sentido socioespacial atribuído às inchadas periferias urbanas para designar a precariedade de oferta de bens públicos e condições adequadas de vida. Precariedade que inclui moradia, escola, transporte, creches, equipamentos culturais, saneamento, unidades de saúde, áreas de lazer etc. A essa ausência ou precariedade da oferta de bens públicos associa-se, na maioria das vezes, à péssima qualidade e falta de efetividade dos serviços como de educação e saúde. Além disso, a ocupação territorial das periferias e favelas por grupos armados de traficantes ou milicianos colocou a questão da violência no cotidiano das famílias, e a coerção estatal como a presença mais expressiva da política pública” (FLEURY, 2013, p.75)

Os cientistas sociais foram contra as ideias propostas por Neri (2008;2011a), enfatizando a demarcação das diferenças entre os indivíduos da sociedade (Wright, 2005). Características sociais, culturais, familiares e emocionais distinguem a formação de uma classe social, não sendo possível caracterizar segmentos sociais apenas pelo critério econômico. Mesmo partindo do pressuposto do aumento de renda da massa trabalhadora e da baixa classe média, como colocado brilhantemente por Quadros (2008), tal feito serviu para dar acesso apenas a uma parte dos bens e serviços de consumo, especialmente daqueles mais baratos, aproximando muito pouco o estilo de vida (ou seja, do consumo) ao da classe média brasileira tradicional, sendo a mesma marcada por elevada renda, patrimônio, privilégios, e

um padrão de consumo semelhante ao da classe média dos países desenvolvidos do que aquele que seria viabilizado pelo nível de renda per capita brasileira, se o nível de desigualdade e de exclusão social não estivesse dentre os mais elevados do mundo. Na análise de Costa (2013), não ocorreram importantes mudanças estruturais ligadas ao desenvolvimento cultural, político, valorativo, relativo às formas de sociabilidade, como se observa:

“O que significa pertencer à classe média? O nível de renda é uma variável importante, mas deve estar articulado ao acesso a bens culturais, segurança nas relações laborais e maior participação na vida coletiva que permita uma convivência com redução dos riscos e vulnerabilidades. Quando pensamos num país de classe média o que nos vem à mente não é apenas o nível de renda das famílias, mas todo um conjunto de fatores sociais, políticos e culturais que permite viver com segurança, maior conforto e acesso à vida coletiva e ao espaço público. A renda permite a elevação do consumo, mas não garante necessariamente maior segurança e sentido de pertencimento aos valores que vinculam pessoas numa experiência coletiva” (COSTA, 2013, p.51).

Baseado em Pierre Bourdieu e Max Weber, o sociólogo Jessé Souza (2009) busca mostrar aspectos relevantes para a definição de classe média, como capital cultural - proveniente do aprendizado técnico das escolas e do ciclo social pré-estabelecido pelos pais - e familiar, não incorporada por essa ascensão social dos “batalhadores” brasileiros, termo usado pelo autor para caracterizar essa classe em ascensão, argumentando ser injusta tal comparação com o conceito de classe média:

“O economicismo liberal, assim como o marxismo tradicional, percebe a realidade das classes sociais apenas ‘economicamente’, no primeiro caso como produto da ‘renda’ diferencial dos indivíduos e no segundo, como ‘lugar na produção’. Isso equivale, na verdade, a esconder e tornar invisível todos os fatores e condições sociais, emocionais, morais e culturais que constituem a renda diferencial, confundindo, ao fim e ao cabo, causa e efeito. Esconder os fatores não econômicos da desigualdade é, na verdade, tornar invisível as duas questões que permitem efetivamente ‘compreender’ o fenômeno da desigualdade social: a sua gênese e sua reprodução no tempo” (SOUZA, 2009, p.18).

Souza (2009) afirma que a visão trazida por Neri (2008;2011a) ignora a transferência dos valores imateriais, bastante pertinentes quando o assunto é a definição de uma classe social. Os valores provenientes da educação familiar, como segurança física e emocional, disciplina, pensamento próspero em relação ao futuro e de autocontrole, contribuem para a reprodução do capital cultural, sob a forma de conhecimento técnico e escolar (Souza, 2009), capaz de tornar os filhos da classe média tradicional, competitivos no mercado de trabalho, dando a confiança necessária para prosperar em tal meio.

“Além de aprenderem ‘como devem se comportar’, aprendem também que elas são ‘um fim em si mesmas’ porque são amadas de modo incondicional pelos pais. Este último elemento permite acrescentar, além do mecanismo disciplinar indispensável ao sucesso nas condições de trabalho capitalistas, um elemento invisível para

muitos, mas fundamental tanto na competição social quanto no desafio de levar uma vida com sentido, que é a autoconfiança” (SOUZA, 2009, p.45).

Na estratificação social de Souza (2009), “a nova classe média” citada por Neri engloba as mesmas pré-condições sociais e emocionais para dois segmentos distintos: a classe média tradicional e os “batalhadores” brasileiros. É incabível pressupor os mesmos valores transmitidos pelo capital familiar, sendo a primeira, incentivada desde o início, pela ótica do trabalho através dos estudos, com a compra do tempo livre pelos pais, enquanto, a segunda, tem sua atenção já dividida em trabalho e estudo, perdendo tempo e energia necessária para o aprofundamento no conhecimento encontrado nas disciplinas escolares. E mais, os batalhadores não frequentam colégios e sistemas de saúde privados, essenciais pela qualidade de desenvolvimento físico e emocional, tão valorizado pelo mercado de trabalho.

“É importante perceber a diferença com relação às classes médias, em que a ‘ética do trabalho’ é aprendida a partir da ‘ética do estudo’ como seu prolongamento natural. Os batalhadores, na sua esmagadora maioria, não possuem privilégio de terem vivido toda uma etapa importante da vida dividida entre brincadeira e estudo. A necessidade do trabalho se impõe desde cedo, paralelamente ao estudo, o qual deixa de ser percebido como atividade principal e única responsabilidade dos mais jovens como na “verdadeira” e privilegiada classe média. Esse fator é fundamental porque o aguilhão da necessidade de sobrevivência se impõe como fulcro da vida de toda essa classe de indivíduos. Como consequência, toda a vida posterior e todas as escolhas – a maior parte delas, na verdade, ‘pré-escolhidas’ pela situação e pelo contexto – passam a receber a marca dessa necessidade primária e fundamental” (SOUZA, 2012, p.51).

Souza (2012) desenvolveu sua pesquisa através de um estudo empírico baseado em entrevistas a respeito da vida cotidiana dos batalhadores brasileiros, representado por profissionais ligados ao setor de serviços do mercado brasileiro, como telemarketing, feirantes e microempreendedores, beneficiados pelo aumento do crédito e do salário mínimo real, para aumentar suas perspectivas de vida dentro da realidade social que se enquadravam. A ideia central era mostrar a dificuldade social, política e cultural vivida pela massa trabalhadora, mesmo com o aumento de renda alcançado no governo Lula. Para esse segmento social, ele destaca que foi necessário manter rotinas extremamente cansativas de vários turnos de trabalho, capacidade de fazer poupança e resistir ao consumo imediato para conseguir colher os frutos dos seus trabalhos. É nesse contexto que o autor define a importância do capital familiar, capaz de transmitir “os valores do trabalho duro e continuado, mesmo em condições sociais muito adversas” (SOUZA, 2012). Além disso, os entrevistados convergiam em relação à estabilidade da estrutura familiar. Em uma rede de familiares, tios, tias, primos, serviam como auxiliares no aprendizado prático de tarefas ligadas ao desenvolvimento do

negócio. Essa experiência coletiva de trabalho e a estabilidade emocional dada pelo núcleo familiar tradicional os diferenciam da “ralé brasileira”, termo usado por Souza (2009), para representar grande parte da população pobre que, diferentemente dos batalhadores, não tinham estabilidade familiar, sendo mais difícil criar atributos fundamentais para a entrada no mercado de trabalho formal.

“Ao dissociar a análise da ascensão da classe C das condições de emprego e trabalho opera-se uma descontextualização de cunho político e ideológico que impede a tematização da superexploração e endividamento dessa população. Tal parcela da classe trabalhadora englobada sob esse conceito é identificada por cumprir longas jornadas de trabalho, com ritmos muitas vezes extenuantes, recebendo aquém do mínimo necessário, o que a leva a recorrer a frequentes endividamentos, além de possuir vínculos de trabalho precarizados” (BARTELT, 2013, p.8).

Os pequenos empreendedores, favorecidos pelo microcrédito, não tiveram melhoras em seus hábitos sociais, pois a expansão de seus negócios foi baseada no endividamento com bancos públicos e/ou privados, não havendo uma mudança de rotina na jornada de trabalho ou uma folga financeira. Assim, continuaram nas moradias da periferia, marcadas por suas enormes precariedades (na estrutura do imóvel e na precariedade da infraestrutura de transportes, saneamento, segurança, saúde, acesso a espaços e atividades de lazer e cultura) e não se desvencilharam dos aspectos estruturais presentes na classe social da qual fazem parte, tendo apenas acesso ao mercado consumidor de bens de consumo duráveis e alguns serviços privados de baixo preço. Em casos de sucesso, parte dos pequenos empreendedores buscavam garantir aos seus filhos, através da educação da ética do trabalho e do esforço, os instrumentos necessários para os mesmos ingressarem no mercado de trabalho formal, que, em muitas vezes, aconteciam por meio de trabalhos que exigiam o nível de escolaridade até o ensino médio, como o exemplar telemarketing (SOUZA, 2012).

Como o Estado brasileiro não foi capaz de suprir sozinho a recuperação do bem-estar social em investimentos nas áreas estruturais, como educação e saúde, foi deixado ao setor privado o espaço para articular seus interesses nas formas, preço e oferta de serviços que lhes fossem convenientes, na maioria dos casos abrindo espaço de acesso apenas para inserir uma parcela bem mais sucedida nesse movimento social ascendente. Também, foi necessária a adaptação por parte da massa trabalhadora ao comportamento dos “bons modos” e da “boa fala”, que geralmente são exigidos no mercado de trabalho. A classe média tradicional já vem de uma herança de valores provenientes da educação por parte das famílias, fato que geralmente tem sido considerado, de forma errônea, como um mérito individual desse segmento social.

“A violência simbólica perpetrada aqui age no sentido de negar toda a ‘construção social do privilégio’ como privilégio de classe, transmitido familiarmente de modo insensível e ‘invisível’ pelos mecanismos de socialização familiar. A naturalidade dos ‘bons modos’, da ‘boa fala’ e dos ‘bons comportamentos’ passa a ser percebida com o mérito individual, pelo esquecimento do processo lento e custoso, típico da socialização familiar, que é peculiar a cada classe social específica” (SOUZA, 2012, p.48-49).

Vale ressaltar a importância da “nova classe média” para o mercado consumidor. Com o aumento de renda, setores como educação e saúde privada, viram a oportunidade de ampliar seus negócios e oferecer serviços compatíveis à classe em ascensão, geralmente num padrão rebaixado em relação aos serviços tradicionalmente oferecidos à classe média tradicional, pois sua viabilidade tinha que ser sustentada em preços menores e compatíveis com uma renda bem menor desses segmentos sociais de “pobres trabalhadores” e, ainda ser compatível com o lucro do setor privado. Por meio de pacotes de ensino voltados para fornecer mão de obra ao mercado de trabalho e planos de saúde básicos, essa lógica se associa aos valores liberais, pelos quais a oferta desses serviços pelo setor privado e o acesso dos segmentos sociais com maior patamar ou elevação relativa de renda, seriam seus esforços individuais recompensados pela eficiência dos “mercados” e do setor privado (COHN, 2013).

Dessa maneira, podemos concluir que a massa trabalhadora, apesar de possuir pequena parte dos capitais pessoais - capital econômico, social e cultural - foi capaz de desenvolver parte da disciplina do trabalho duro e da estabilidade emocional proveniente do aprendizado individual e dos familiares, que são requisitos necessários para a entrada num mercado de trabalho competitivo e ainda fortemente marcado por baixos salários e enormes precariedades. Essa herança vem de uma grande tolerância das gerações anteriores às dificuldades trazidas pela violência simbólica e material sofrida pelo isolamento social que essa classe sofria. Também para uma parte desse segmento em processo de ascensão social, observa-se a transmissão de valores e da religiosidade, presente pela ascensão do pentecostalismo, articulando esses conteúdos religiosos de melhorias da vida material associadas à fé, às ideias trazidas pelo crescimento econômico do governo Lula e suas políticas de transferência de renda, trazendo novos elementos sociais, políticos, ideológicos, morais e religiosos, nesse processo de mobilidade social ascendente no Brasil (SOUZA, 2012).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira década de 2000 foi marcada pelo crescimento econômico brasileiro através da dualidade nas políticas econômicas do governo. No primeiro mandato, houve a preocupação em restabelecer a confiança do empresariado por meio de políticas públicas de caráter conservador, seguindo o tripé macroeconômico do governo FHC: meta de inflação, superávit primário e câmbio flutuante, a fim de reduzir o gasto público. Com a queda da dívida pública e a volta do investimento estrangeiro puxado pelo boom de commodities do mercado chinês, o Brasil voltou a crescer, alcançando o superávit comercial, o crescimento do PIB e o superávit primário. Isso deu manobra para uma política ativa do Estado como articulador do investimento e de distribuição de renda, através do emprego e do aumento de renda, dinamizando o mercado de trabalho.

O aumento real do salário mínimo a partir de 2004, a expansão do microcrédito, a formalização dos contratos trabalhistas e as políticas de transferência de renda, principalmente dos programas Bolsa Família, inseriu grande parte da massa trabalhadora no mercado consumidor, como foi exibido por Quadros (2008) no capítulo 2. Tal feito, levou a ampliação das ocupações na base da pirâmide social brasileira e uma grande mobilidade social no período do governo Lula pontuada pelos economistas da época, principalmente pela tese de Marcelo Neri (2008;2011a), como o alargamento da classe C, colocando o Brasil com uma população majoritariamente de classe média.

Isso se dá graças ao conjunto de políticas públicas associada ao crescimento econômico do período, colocando grande parte dos mais pobres no mercado de bens de consumo privado. Tal melhoria na vida da massa trabalhadora foi destacada de forma generalizada por Neri (2008;2011a), associando essa mobilidade social a uma nova classe, denominada “nova classe média”. É importante ressaltar que essa mobilidade social agradou diversos segmentos da sociedade brasileira. O mercado consumidor, o produtor de bens e serviços, uma parte dos miseráveis e da massa trabalhadora, que viu sua qualidade de vida aumentar além de restabelecer a confiança trazida pelo status social perante a sociedade, e claro, o governo, mostrando que através de sua conduta política e econômica, os brasileiros tiveram prosperidade econômica e social garantindo sua reeleição em 2010, quando a presidenta Dilma venceu a corrida presidencial pelo Partido dos Trabalhadores novamente.

Puxada pela visão socióloga, principalmente por Souza (2012), a crítica à visão dos economistas, de definirem tal ascensão pela configuração de uma “nova classe média”, parte

do pressuposto de que a renda não é a única variável que define a classe média tradicional, uma classe social é definida pelas relações de suas determinações econômicas, social, político, moral e cultural, sendo necessário envolver todas suas especificidades na análise de um novo conceito de classe (CHAUI, 2013). Apesar da inserção no mercado consumidor, a massa trabalhadora ainda vive em bairros periféricos, limitados pelos serviços públicos ineficientes de transporte, educação e saúde. Além disso, a classe média tradicional dispõe do capital familiar, no qual garante a estabilidade emocional e de prosperidade necessária para dar confiança aos seus filhos, que por sua vez, estão dispostos do capital cultural, pré-estabelecido pelos pais, onde existe enorme número de contatos com profissionais que tiveram a base do estudo técnico para ascender no mercado de trabalho.

Estabelecer a igualdade entre a ascensão da massa trabalhadora e a classe média tradicional, é ignorar a rotina desgastante de longas jornadas de trabalho, o tempo dividido entre estudos e trabalho, deslocamento até o trabalho e ainda, ser capaz de passar valores para seus filhos com base na disciplina do trabalho, possibilitando o pensamento próspero das futuras gerações. A violência simbólica permanece na vida diária da massa trabalhadora enquanto a classe média tradicional garante seu privilégio através da herança econômica e cultural das gerações passadas, reproduzidas através da socialização familiar (SOUZA, 2012).

Mesmo assim, a massa trabalhadora, por meio da ética do trabalho herdada da luta diária das gerações mais velhas, conseguiu superar as dificuldades impostas pela sociedade. Souza (2012), destaca duas estratégias fundamentais para a reprodução dessa classe: o aprendizado prático do trabalho e o circuito de reciprocidade. O primeiro ocorre, de “pai para filho”, na incorporação afetiva ao trabalho cotidiano, preparando não apenas para cumprir uma função no mercado, mas a lidar com diversas adversidades, sempre buscando uma maneira de continuar trabalhando, seja por bicos ou comércios irregulares. E o segundo é baseado na variedade de serviços que sua família possui, sendo colocado o bem coletivo como primordial para a reprodução de todos os membros da família. É a partir disso, que há a incorporação da disciplina do trabalho e a disposição emocional para competir no mercado capitalista e buscar a mobilidade social ascendente (SOUZA, 2012)

Podemos concluir, que houve a expansão da massa trabalhadora, através das políticas públicas de formalização das relações de trabalho e do crescimento econômico do período, colocando os mesmos dentro do mercado consumidor, porém em um nível de bem-estar social abaixo da referida classe média tradicional. Ainda havia diversos problemas estruturais, ignorados pelo novo conceito de “nova classe média”, em que a massa trabalhadora

enfrentava em seu cotidiano. Acesso à educação e saúde de qualidade, saneamento básico, segurança pública, continuavam sendo determinados por serviços privados, sendo o aumento de renda da massa trabalhadora insuficiente para obtê-los. Ao determinar o nascimento de uma “nova classe média” é consolidada a visão de felicidade do consumo que permeia o mundo capitalista como progresso social, sendo difundido pela mídia, esse “estilo de vida” ideal para a sociedade brasileira.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABÍLIO, L. C. A *'Nova Classe Média' vai ao paraíso?* Anais... I Circuito de Debates Acadêmicos, Brasília, 2011.
- ALENCAR, M. As políticas públicas *de emprego e renda no Brasil: do "nacional-desenvolvimentismo" ao "nacional-empresendedorismo"*. In: BEHRING, Elaine Rossetti; ALMEIDA, Maria Helena Tenório de. (Orgs). Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas. 2ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- ALVES, G. Trabalho e Neodesenvolvimentismo – choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. 1ª edição. Bauru/SP: Projeto Editorial Práxis, 2014.
- ANTUNES, R. A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula). 2ª edição. Campinas: Autores Associados, 2005.
- ARIAS, A.R. A urbanização no Brasil: retrospectiva. Anais VI Encontro ABEP, 1998.
- BALTAR, P.; SANTOS, A.; KREIN, J. LEONE, E; PRONI, M.; MORETTO, A.; MAIA, A.G.; SALAS, S. Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. In Global Labour University Working Papers. Paper n. 9, maio de 2010.
- BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO e Boitempo, 2013.
- BARTELT, D. Introdução. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.) A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.
- BRAGA, R. Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: Um olhar a partir da indústria do call center. Revista Crítica de Ciências Sociais, 2014.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, 2006.
- BOITO JR, A. Estado e Burguesia no Capitalismo Neoliberal. Revista de Sociologia Política, Curitiba, nº 28, 2007.
- CASTRO, G. de et al. Comportamento do Consumidor e Pesquisa de Mercado. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- CESIT. Edição da carta social e do trabalho nº12, 2010.
- CHAUÍ, M. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, Emir (org.). Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.
- COHN, A. Entre sair da pobreza e ingressar na cidadania: nova classe média, utopia de um futuro fugaz? In: BARTELT, Dawid Danilo (org.) A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2013.
- COSTA, L. Classes médias e as desigualdades sociais no Brasil. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.) A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2013.

- DIEESE. Nota Técnica 132: política de valorização do salário mínimo. São Paulo: dezembro/2013.
- FLEURY, S. A Fabricação da Classe Média: projeto político para nova sociabilidade. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.) A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.
- GUERRA, A. Atlas da nova estratificação social no Brasil – vol. I, Classe média: desenvolvimento e crise. São Paulo, 2006.
- HENRIQUE, W. O capitalismo selvagem: um estudo sobre desigualdade no Brasil, 1999.
- IPEA - Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. Políticas Sociais: acompanhamento e análise nº 19, IPEA, Brasília, 2011.
- KERSTENETZKY, C. L., & UCHOA, C. “Nova classe média”: alcance, falhas e benefícios de um conceito. In Bartelt, D. D. (Org.). *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.
- KERSTENETZKY, C.L.; UCHÔA, C. Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, crédito limitado: em busca da nova classe média. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.) A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2013.
- KERSTENETZKY, C. L; UCHÔA, C.; SILVA, N. *Padrões de consumo e estilos de vida da “nova classe média”*. Niterói: UFF/CEDE – Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento, 2013.
- KREIN,D; SANTOS,A; NUNES, B. Trabalho no Governo Lula: avanços e contradições. In: Texto para discussão, n. 201. Campinas: IE/UNICAMP, fevereiro de 2012.
- LAMOUNIER, B., & SOUZA, A. A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade. São Paulo, SP: Campus, 2010.
- LOPREATO, F. Caminhos da Política Fiscal do Brasil, 2013
- LULA, L. Carta ao povo brasileiro, 2002.
- MARTUSCELLI, D. A transição para o neoliberalismo e a crise no Governo Collor. In:BOITO Jr., A.; GALVÃO, A. (Orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. 1ª edição. São Paulo: Alameda, 2012.
- MERCADANTE, Aloízio. As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil. Análise do governo Lula (2003-2010). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- NERI, M. A Nova Classe Média. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas / Centro de Pesquisas Sociais, 2008.
- NERI, M. A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide. 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2011.
- NOVAES, F; CARDOSO DE MELLO, J.M. O capitalismo tardio e a sociabilidade moderna, 2009.
- OLIVEIRA, C. Trabalho e desenvolvimento no Brasil. In: CESIT. Pré-sal, desenvolvimento e trabalho. In: Carta Social e do Trabalho, n. 10. Campinas: IE/UNICAMP, abril a junho.
- PAULO, C. “Nova Classe média”: *acesso a serviços sociais e a morfologia do trabalho da faixa de renda C*. Brasília, 2015.

- PINTO, R. Impactos da Política Econômica no Combate à Pobreza no Governo Lula (2003-2010). Campinas, 2012.
- POCHMANN, M. Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira, 2012.
- POCHMANN, M. Mobilidade social no capitalismo e redivisão internacional da classe média. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.) A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2013.
- POCHMANN, M. O mito da grande classe média – capitalismo e estrutura social. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- QUADROS, W. A evolução recente da estrutura social brasileira, 2008.
- QUADROS, W. Em 2009 a heterodoxia afastou a crise social. Texto para discussão. IE/UNICAMP n. 189, 2011.
- QUADROS, W. PNAD 2014 – O retrocesso ficou para 2015, 2016.
- QUADROS, W.; GIMENEZ, D.; ANTUNES, D. Afinal, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.) A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.
- SALM, C.; BAHIA, L. Tênis, bermuda, fone no ouvido... Vai saúde e educação também? In: BARTELT, Dawid Danilo (org.) A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.
- SANTOS, A. Recuperação econômica e trabalho no governo Lula, carta social e do trabalho nº24, 2013.
- SILVA, A. A ilusão de uma nova classe média brasileira: conhecendo as trajetórias de jovens trabalhadores. São Paulo, 2015.
- SINGER, A. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador, 2012.
- SOUZA, J. Ralé Brasileira – quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- SOUZA, J. Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2012.
- SOUZA, J. A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.) A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.
- SOUZA, J. A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite. Editora Leya, 2015.
- VICENTE, E. Nova classe média: um delírio coletivo? In: BARTELT, Dawid Danilo (org.) A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.
- WEBER, M. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. V. 2. São Paulo, Editora UNB, 2004.
- WRIGHT, E. (1989). The Debate on Classes. London: Verso.
- WRIGHT, E. (2005). Approaches to Class Analysis. Cambridge: Cambridge University Press.

